



BANCO
CARREGOSA



RELATÓRIO E CONTAS 31 DE DEZEMBRO 2008





RELATÓRIO DE GESTÃO 31 DE DEZEMBRO 2008



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos estatutos, vem o Conselho de Administração apresentar a V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008.

O resultado do Banco Carregosa em base individual cifrou-se em € 785.966 (setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis euros), após impostos, ou, considerando as contas consolidadas e após interesses minoritários € 771.346 (setecentos e setenta e um mil, trezentos e quarenta e seis euros).

O relatório de base individual e em base consolidada são integrados no presente relatório único, nos termos no nº 6 do artº 508º-C do Código das Sociedades Comerciais.

I. Conjuntura Macroeconómica, *sub-prime* e evolução dos mercados

• Introdução

A crise de *sub-prime*, a falência do Banco Lehman Brothers, a acentuada depreciação da generalidade dos activos, a crise de confiança no sistema financeiro, a nacionalização da Freddie Mac e da Fannie Mae, as intervenções governamentais para salvar bancos um pouco por todo o Mundo, são alguns dos exemplos que espelham bem a profundidade da crise, porventura a pior desde a Grande Depressão de 1929.

• Análise Macroeconómica

O ano de 2008 marcou o fim da escalada de *leverage* que se instalou na economia no último quartel do século XX e que se intensificou na última década.

De acordo com dados compilados pelo *Bureau of Economic Analysis* (BEA) dos EUA e pela Reserva Federal norte americana, desde 1975 a dívida pública nos EUA aumentou onze vezes, levando à subida em 15 pontos percentuais do rácio face ao PIB, passando de 37% para 52%. Ao mesmo tempo a dimensão de dívida privada elevou-se vinte e duas vezes fazendo com que a sua proporção no PIB se elevasse de 117% para 303%. Em contrapartida, no mesmo período em análise, o PIB cresceu oito vezes.

Ainda com base em informação revelada pelo relatório estatístico trienal compilado pelo *Bank for International Settlements* (BIS) respeitante ao mercado de derivados, em Junho de 2007, o

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

valor de contratos de produtos derivados activos ultrapassava os **USD 516 Triliões**. Face a igual período, três anos antes, assistimos a um incremento de **135%** o que, em termos absolutos, se traduz num valor aproximado de USD 220 Triliões (USD 100 Triliões em 2002). Contudo consideramos oportuno realçar o valor dos contratos brutos (proporção de capitais próprios inerentes aos contratos) “que se ficou” pelos USD 11 Triliões correspondendo a uma percentagem de 2,2% do total (tendo implícita uma alavancagem de 46 vezes aproximadamente). Para se ter uma ideia da ordem de grandeza destes números o PIB dos EUA rondava os USD 15 Triliões...

Desta introdução pode inferir-se:

- A evidente interdependência perniciosa que se estabeleceu entre o crescimento económico nos EUA e no mundo em geral, e a assunção massiva e exponencial da dívida, cujo serviço foi sendo cumprido graças a uma contínua e dinâmica expansão da economia. As dívidas contraídas só seriam comportáveis enquanto as condições económicas se mantivessem amplamente favoráveis. O principal foco de instabilidade residia no sector privado e na vulnerabilidade que representava face a uma alteração drástica, como veio a ocorrer, na capacidade de financiamento e no crescimento económico.
- A derrocada no sector financeiro que ensombra a actualidade económica depois de ter sido actor principal neste ciclo de alavancagem. Segundo dados estimados pela Merrill Lynch no período compreendido entre 2002 e 2007 cerca de 40% dos lucros apresentados pelas empresas estavam relacionados com actividades financeiras. Todavia, no ano transacto, são públicas as histórias de bancos que perderam mais do que o que acumularam de lucros nos últimos 6 anos.

A globalização acentuou a especialização funcional inter-regiões e entre grandes blocos: países desenvolvidos *vis-a-vis* em países em vias de desenvolvimento. Os primeiros consomem os bens produzidos pelos segundos. Ao deslocarem-se os eixos de produção para os países emergentes, sobretudo para a Ásia, começaram a convergir os salários praticados nos dois lados – em ascensão pronunciada nos países em vias de desenvolvimento e a ritmos cada vez mais imperceptíveis no mundo ocidental (com excepção do sector financeiro). A ruptura advém do facto de o ímpeto consumista, cada vez mais avassalador, ser sustentado pelo recurso, cada vez menos saudável, ao crédito.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

Com efeito, a trajectória que a sociedade vinha descrevendo, com uma presença cada vez mais asfíxiante do “capital alheio” na economia, era insustentável. Contudo, não deixa de ser verdade que foi o crédito que permitiu expandir, por todo o mundo, o poder de compra das famílias, facilitando a aquisição de bens duradouros de alto valor acrescentado (habitação própria, automóvel, aparelhos electrónicos diversos, etc.).

- **Análise do Mercado de Capitais**

- **Taxas de Juro**

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) iniciou uma série de descidas da taxa *Fed* em Setembro de 2007. No entanto, a situação tumultuosa que se instalou nos mercados financeiros no rescaldo da falência da Lehman Brothers e que se propagou ao mercado monetário interbancário levou a uma escalada (Set./Out. 2008) da LIBOR do Dólar. O corte agressivo de taxas nos EUA até ao limiar dos 0% e as medidas de sustentação do sector financeiro entretanto adoptadas pelas diversas entidades governamentais acabaram por conferir alguma estabilidade ao mercado monetário.

Contrariamente, o Banco Central Europeu (BCE), mais preocupado com as pressões inflacionistas, efectuou um movimento de subida da taxa directora em Agosto para, invertendo a política, no último trimestre do ano, colocar a taxa de referência ao nível do final de 2005. Na Zona Euro, assim como nos EUA, a Euribor a 3 meses conheceu o seu máximo no período crítico do final do terceiro trimestre, resultado da desconfiança que entretanto se instalara no mercado monetário.

Apesar da política monetária norte-americana se ter tornado menos restritiva no final de 2007, as *yields* dos *treasury* mantiveram-se no patamar dos 4% por força das pressões inflacionistas que persistiam. Com a crise económica, as expectativas de inflação moderaram-se. Os cortes na *Fed Funds Rate* com o intuito de estimular a economia, o pânico vivido no final de 2008 e a busca de valores de refúgio levaram, pela primeira vez na história, a *yield* a 10 anos da dívida soberana se fixasse abaixo dos 2%. Evolução semelhante sofreu a *yield* a 10 anos da dívida pública alemã.

Em resultado das necessidades de fundos e da falta de liquidez nos mercados, as *yields* dos empréstimos obrigacionistas, nomeadamente do sector bancário e automóvel, acabaram por não reflectir as descidas das taxas directoras, fruto do aumento do prémio de risco exigido pelo mercado.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

• ***Mercados Accionistas***

O ano, agora findo, foi um dos piores da história para os mercados accionistas. Para isso muito terá contribuído o mês de Outubro, que pôs a descoberto as dificuldades de liquidez do sector financeiro e que semeou o pânico entre os investidores dos mercados de capitais, agravadas pela perspectiva de entrada em recessão das principais economias mundiais e por um forte sentimento negativo sobre a evolução dos resultados das empresas. O índice europeu Eurostoxx 50, representativo das 50 maiores empresas europeias, perdeu mais de metade do seu valor.

Paralelamente, viveram-se momentos de volatilidade nunca antes observados. O índice VIX (Volatilidade implícita nas opções) atingiu o máximo desde que é divulgado (na vizinhança dos 90, em Outubro). De realçar que o máximo valor na sequência do 11 de Setembro de 2001 não ultrapassou os 44. Apesar da relativa acalmia posterior mantêm níveis de volatilidade superiores aos verificados nas sessões mais tensas do início da década.

Os mercados emergentes, apesar de verem anulados os ganhos dos 3 anos anteriores, são apontados como mercados atractivos pela pouca exposição ao mercado de crédito. Nalguns casos, como os BRIC, os mercados internos podem mais que compensar a já aguardada quebra no comércio internacional.

Até ao final de 2007 o PSI-20 (*Portuguese Stock Index*), principal índice da bolsa portuguesa, tinha conseguido bater a performance dos principais índices europeus, com uma subida de 123% entre o início de 2003 e o final daquele ano. No mesmo período o Eurostoxx 50, índice das principais companhias europeias, apenas valorizou 86%. No entanto, a queda do PSI-20 em 2008, acompanhando a tendência das principais bolsas mundiais, foi de 51%, e regista-se como a primeira queda do índice em seis anos e a maior desde a sua criação. Esta queda veio assim inverter a tendência positiva evidenciada nos últimos anos.

Analisando a performance do PSI-20 verificámos que a sua tendência negativa começa com o início da crise do mercado imobiliário de alto risco (*subprime*), deteriorando-se com o conseqüente arrastamento da crise para a banca e mais tarde para toda a economia. Acresce o impacto na liquidez originada pela falta de confiança dos investidores, particularmente sentida neste mercado.

Com o cenário de crise instalado, o PSI-20 atingiu uma performance mais negativa, superior às restantes praças europeias, que acumularam perdas entre os 31% de Londres e os 48% de Milão.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

• **Taxas de Câmbio**

Depois de quebrar sucessivos mínimos face ao Euro, o USD encetou uma recuperação notável graças ao estreitamento do diferencial de taxas de juro, a partir do final do terceiro trimestre e pela tomada de consciência que a crise financeira não se circunscrevia aos EUA.

Por outro lado, a par do ouro, o Dólar recuperou a sua capa de divisa forte e de refúgio depois de grandes *unwinds* de investimentos financeiros por quase todo mundo. A depreciação acelerada de algumas moedas de países mais expostos a esta conjuntura acelerou o movimento de *greenback*.

No que se refere ao Japão e ao JPY, a crise financeira e económica que se abateu sobre o mundo colocou em cheque a estratégia de crescimento que o Japão adoptara para emergir duma década de estagnação.

Na verdade os *yields* de ambas as moedas (USD e JPY) aproximaram-se no último semestre (neste momento coincidem) mas o facto de o Banco do Japão ter deixado de reciclar os encaixes das suas exportações em *Treasuries* e a cobertura por parte dos *Hedge Funds* das suas posições curtas, levaram à valorização rápida da moeda japonesa.

• **Commodities**

O ouro encontra-se numa tendência ascendente de médio/longo prazo. Sendo, desde sempre, considerado um refúgio para fazer face às políticas monetárias excessivamente inflacionistas da última década, levadas a cabo pelos Bancos Centrais do G7 (a excepção foi o Japão), viu ultimamente a sua função de reserva de valor ganhar mais força com a crise de confiança dos investidores.

O petróleo que, fruto da forte especulação, atingiu no ano passado valores próximos dos USD 150, perdeu, em pouco mais de um trimestre, 2/3 do seu valor. As perspectivas de abrandamento das economias e a forte desalavancagem entretanto verificada nos mercados financeiros contribuíram para esta queda. Espera-se uma estabilização no preço do petróleo nos próximos meses mas, os programas governamentais para fomentar o recurso a novas fontes energéticas da nova Administração Americana, apontam para uma gradual diminuição da utilização desta fonte de energia a longo prazo, pressionando o preço dos combustíveis fósseis.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

II. Evolução dos negócios, desempenho e posição do Banco Carregosa

O Banco Carregosa, tendo iniciado a sua actividade no início do mês de Novembro, não pôde explorar os segmentos de negócio inerentes à sua nova actividade (Banca Privada e *Corporate*), senão de uma forma embrionária.

A actividade do Banco em 2008 assentou na Corretagem, na Gestão Discricionária de Activos e na Concessão de Crédito para a aquisição de Valores Mobiliários. A actividade de Corretagem representou uma percentagem significativa das comissões geradas, registando um crescimento no segmento dos mercados a prazo. A negociação de produtos derivados é efectuada maioritariamente através da plataforma de negociação *on-line*.

A actividade de intermediação através dos canais tradicionais, respeita essencialmente à transacção de acções no mercado à vista, actividade que, com a degradação das margens de intermediação, tem vindo a perder peso relativo nas receitas representativas do conjunto da actividade global da Sociedade. Adicionalmente, o Banco oferece um serviço de Gestão de Activos (*Asset Management*), disponibilizando alternativas de investimento de acordo com as características de risco e rentabilidade pretendidas pelos clientes. Esta área de negócio encontra-se em desenvolvimento, tendo sido completamente reestruturada em 2008.

Por fim, a Sociedade presta ainda serviços de desmaterialização de valores mobiliários, de custódia de títulos e serviços conexos.

O processo de transformação em Banco, após fusão por incorporação das sociedades L.J.Carregosa & Cia, Lda. e Personal Value, S.A. na esfera da L.J. Carregosa, S.A., foi encetado no ano de 2007, tendo sido autorizada em Junho de 2008. Contudo, o registo especial e portanto o início da actividade como Banco, foi apenas concedido pelo Banco de Portugal em finais de Outubro.

O Banco financia as suas actividades através da captação de depósitos e através dos seus capitais próprios. Os capitais são aplicados noutras instituições financeiras, em títulos de dívida e financiamento a Clientes para aquisição de valores mobiliários. A utilização de produtos alavancados destinou-se essencialmente à cobertura de risco das posições próprias do Banco.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

- **Corretagem**

Apesar das alterações societárias, a actividade do Banco Carregosa na área da corretagem manteve a sua dinâmica própria, nomeadamente na oferta de produtos *online* e a aposta na marca GoBulling. Esta marca cumpriu o seu 1º aniversário, celebrado com a devolução aos Clientes das comissões pagas nesse dia e acompanhado de uma campanha nos meios de informação *online*. Foram lançadas novas plataformas de negociação – a *GoBullingPro mobile* e a *GoBullingPro Web* – e foram organizados 3 seminários dirigidos a Clientes. Foram ainda celebrados dois protocolos, um com os CTT e um outro com a DECO, destinando-se o primeiro a facilitar o envio por parte dos Clientes da documentação de abertura de conta e o segundo a garantir um preçário especial para os Clientes associados daquela instituição de defesa dos consumidores, dando assim uma maior visibilidade à marca.

- **Gestão de Activos**

A área de gestão discricionária foi objecto de uma reformulação e consolidação dos diversos modelos de gestão disponibilizados pelas sociedades objecto de fusão, de forma a adaptar-se à nova realidade de Banco e ajustar a oferta às características dos Clientes de Banca Privada.

Os activos sob gestão em 31 de Dezembro ascendiam a 37,7 milhões de euros, valor não comparável com o final de 2007 já que adiciona os valores das sociedades incorporadas.

- **Concessão de Crédito**

Na área de concessão de crédito manteve-se a política de oferta limitada deste serviço e centrada exclusivamente na concessão de crédito para aquisição de valores mobiliários.

O montante do crédito concedido ascendia, no final de 2008, a 2,04 milhões de euros, valor que compara com os 2,86 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007.

- **Corporate**

Ainda incipiente, a cobertura do segmento de *corporate*, centrou-se essencialmente na resolução/auxílio dos problemas empresariais que se colocaram aos Clientes do segmento de Banca Privada.

Mesmo assim, o Banco obteve, sem grande acção comercial, cinco mandatos, tendo concluído com sucesso e integral satisfação das partes envolvidas o processo de aquisição e financiamento intercalar de uma sociedade, sem necessidade de recurso a meios externos.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

- **Banca Privada**

A equipa de Banca Privada que se constituiu teve em 2008, como tarefa inicial a organização da área e respectivos procedimentos, a colaboração indispensável na identificação de potenciais Clientes do segmento *Private* e definição da oferta inicial, preparando o Banco para os desafios que se perspectivam.

III. Empresas que integram o perímetro de consolidação

- **Coollink - Serviços Informáticos e de Consultadoria, Lda.** - A sociedade concentra os seus esforços na construção de soluções informáticas para empresas da área financeira, nomeadamente sociedades corretoras, gestoras de valores, financeiras de corretagem e bancos. O Banco Carregosa detém 50% do capital social da empresa e é o seu principal cliente.
- **Górdio, S.A.** – O único activo relevante da Sociedade é um imóvel. Não sendo estratégica para o negócio do Banco, está disponível para venda. O Banco Carregosa detém 49% do capital social da empresa.

A consideração destas empresas e a materialidade e as implicações nas contas consolidadas está descrita no respectivo anexo às demonstrações financeiras.

IV. Análise das Contas

- **Análise Individual**

O facto de ter iniciado a actividade como Banco em inícios de Novembro faz com que as contas anuais pouco reflectam a actividade bancária propriamente dita. Embora se tenha iniciado de imediato o processo de actualização dos contratos com os Clientes e maugrado o enorme esforço desenvolvido, os efeitos da transformação apenas se farão sentir de forma significativa a partir do segundo trimestre de 2009.

Da análise da Demonstração de Resultados de 2008 aprez-nos comentar o acréscimo, face ao ano anterior, de 16% verificado no produto da actividade, embora não directamente comparável por força da fusão que deriva sobretudo do aumento dos rendimentos de serviços e comissões. Por outro lado, a integração dos colaboradores das sociedades incorporadas no Banco bem como a contratação de profissionais de qualidade para as novas áreas de actividade originaram um incremento de 41% nos respectivos custos, face ao ano de 2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

O resultado após impostos fixou-se nos € 785.966, representando um acréscimo de 38% face ao verificado no ano transacto, apesar dos significativos custos, não repetíveis, inerentes ao processo de transformação e ainda da opção prudente na salvaguarda de activos investidos, abdicando de proveitos mas minimizando riscos potenciais de falta de liquidez no mercado.

O acréscimo verificado no passivo de € 12.791.815 explica-se pelos recursos de clientes e outros empréstimos.

Em função dos activos ponderados pelo risco e dos capitais próprios o rácio de solvabilidade no final de 2008 era de 46.9%, cerca de 5 vezes o mínimo exigido legalmente.

- **Análise Consolidada**

Sendo este o primeiro ano em que o Banco Carregosa consolida contas com as suas participadas não existe base de comparação para as mesmas. Da consolidação de contas resulta um resultado consolidado de €771.346, menos €14.620 do que em base individual e um acréscimo do activo de 1,7 milhões de Euros comparativamente com as contas individuais.

V. Processo de transformação e Reorganização da Sociedade

O ano de 2008 ficará marcado, na já longa história da L.J. Carregosa pela concretização de um projecto para o qual a Sociedade canalizou muito das suas energias ao longo dos últimos anos - a transformação em Banco.

Obtida a aprovação pelo Banco de Portugal por carta expedida em 19 de Junho de 2008, encetou-se de imediato a execução do projecto de fusão e transformação cuja escritura foi celebrada em 11 de Julho.

A passagem a Banco obrigou à reestruturação do modelo de Governo da Sociedade, sendo a respectiva alteração de estatutos aprovada em Assembleia Geral. Procedeu-se ainda à reorganização interna, criando-se novas direcções, nomeadamente Direcção de Banca Privada, Direcção de Comunicação, Direcção de *Corporate* e uma Direcção Central, que supervisiona as unidades partilhadas e respectivas áreas operativas.

Uma vez obtido o registo no Banco de Portugal em 29 de Outubro, a actividade de Banco iniciou-se em 4 de Novembro.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

VI. Contingência

Depois do ganho de causa do recurso para o tribunal da coima de 60.000 Euros aplicada pela CMVM, vimos, com surpresa, o Tribunal da Relação mandar regressar o processo à Instância inferior, não reconhecendo o mérito dos argumentos de nulidade de provas invocada pelo Juiz de 1ª Instância.

Depois da analisada a nova sentença, a proferir nos termos do determinado pelo Tribunal da Relação, reservar-nos-emos o direito de defesa, que o regresso à 1ª instância nos garante, nomeadamente o recurso se a decisão nos for desfavorável, ponderado e hierarquizado os diversos interesses do Banco Carregosa.

Mantemos, contudo, a convicção da validade jurídica dos argumentos por nós aduzidos e que a absolvição será a única decisão que se coaduna com salvaguarda dos direitos fundamentais protegidos pela Constituição Portuguesa e pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Não obstante o supra referido e apesar do valor da coima não ser de molde a prejudicar significativamente os equilíbrios financeiros ou prudenciais do nosso Banco, decidiu o Conselho de Administração, por mera prudência, constituir provisão específica para esta contingência no valor de € 40.000.

VII. Perspectivas de gestão para 2009

O ano de 2009 constituirá, com certeza, um enorme desafio para o Banco. A sua criação recente e a continuação, previsível, da instabilidade nos mercados financeiros em geral e na banca em particular, serão um duro teste à sua capacidade de adaptação e organização. Os principais desafios para o ano que agora começa passam pelo cimentar da marca GoBulling no mercado de corretagem, alargando a oferta, e pelo início do processo de imposição da marca “Carregosa” como referência no segmento de Banca Privada.

O desfecho final do caso Banco Privado Português, depois da Nacionalização do Banco Português de Negócios, bem como a eventual nacionalização de Bancos Internacionais, poderão determinar de forma decisiva a evolução da actividade do Banco L.J. Carregosa.

A sucessiva depreciação do valor dos activos nos mercados de capitais, acentuada no final de 2008 e inícios de 2009, deve levar a uma diminuição dos volumes negociados, com consequências directas na actividade de intermediação.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

Em 2009 a Sociedade implementará uma nova reestruturação organizativa, após a eleição de novos órgãos sociais, a quem competirá a tarefa de preparar o Banco para o verdadeiro início da sua actividade comercial.

Assim consideramos 2009 como o 1º ano de actividade bancária e o da apresentação pública desta Vossa Instituição Financeira.

A Coollink prosseguirá o desenvolvimento do seu negócio, procurando alargar o fornecimento das suas soluções informáticas a novos clientes. A Górdio, não sendo estratégica para o negócio do Banco deverá se alienada.

VIII. Informação nos termos do art.º 66 do C.S.C.

Esclarecemos que a sociedade não tem quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu nem vendeu acções próprias.

Não foi solicitado qualquer pedido de autorização para negócios entre a sociedade e os seus administradores nos termos do art.º 397º do C.S.C..

As implicações resultantes da incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais encontram-se integralmente realizadas.

IX. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se, nos termos da alínea f) nº5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 24º dos estatutos da Sociedade que, face à necessidade do reforço dos capitais próprios e ao período de incerteza, quanto à evolução da economia e da actividade do Banco, propomos a não distribuição de dividendos e que o resultado líquido do exercício, no valor de € 785.966 (setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis euros), tenha a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal – € 78.597

Para resultados transitados – € 707.369

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Accionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos os



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2008)

demais Órgãos Sociais, Clientes, Autoridades de Supervisão e outras entidades que nos apoiaram no ano agora findo.

Agradecemos ainda aos colaboradores, pela forma dedicada como souberam executar as suas tarefas, especialmente a quem incondicionalmente acreditou neste projecto.

Porto, 20 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração



**INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS
RELATIVA À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS**

I. Modelo de Negócio

Actualmente, a actividade do Banco Carregosa assenta na actividade de Corretagem, na Gestão Discricionária de Activos e, mais recentemente, na Concessão de Crédito para a aquisição de Valores Mobiliários, contando com um quadro de pessoal composto por 62 efectivos. A actividade de Corretagem, que ainda representa uma percentagem significativa das comissões geradas, tem vindo a registar um crescimento da actuação no mercado a prazo. A negociação de produtos derivados é efectuada maioritariamente através da plataforma de negociação *on-line* concebida e desenvolvida em parceria como SaxoBank.

A actividade de intermediação efectuada através dos canais de negociação tradicionais respeita essencialmente à transacção de acções no mercado à vista, actividade que, com a degradação das margens de intermediação, tem vindo a perder peso relativo nas receitas representativas do conjunto da actividade global da sociedade. Adicionalmente, o Banco Carregosa oferece um serviço de Gestão de Activos (*Asset Management*), disponibilizando alternativas de investimento de acordo com as características de risco e rentabilidade pretendidas pelo Cliente. Esta área de negócio encontra-se em desenvolvimento, tendo sido completamente reestruturada em 2006. No âmbito dos objectivos de expansão do seu *core business*, foi redefinida a Área de Concessão de Crédito para a aquisição de Valores Mobiliários no decurso do ano de 2007, apresentando ainda um peso reduzido nos proveitos da sociedade. Por fim, a sociedade presta ainda serviços de desmaterialização de valores mobiliários, de custódia e serviços conexos.

O processo de transformação da L.J. Carregosa em Banco, após fusão por incorporação das sociedades L.J. Carregosa, Lda. e Personal Value, S.A. na esfera da L.J. Carregosa – Sociedade Financeira de Corretagem S.A., foi encetado no ano de 2007, tendo sido autorizado pelo Banco de Portugal em Junho de 2008 e obtido o registo especial, necessário para operar como tal, em finais de Outubro último.

Na sua actividade o Banco Carregosa não recorre a operações de titularização. O Banco financia as suas actividades através da captação de Depósitos dos seus Clientes, à Ordem ou a Prazo e através dos seus capitais próprios. Os capitais são aplicados em Depósitos em Instituições Financeiras, Títulos de Dívida e financiamento a Clientes para aquisição de valores mobiliários. A utilização de produtos alavancados destina-se à cobertura de risco das suas posições em moeda. Não existem compromissos ou outras obrigações que condicionem as actividades desenvolvidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVA À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

II. Riscos e Gestão de Riscos

Os riscos em que o banco incorre são os próprios das aplicações que efectua, ou seja, risco taxa de juro, risco cambial e risco de crédito nas aplicações em títulos de dívida. O crédito a Clientes para aquisição de valores mobiliários está garantido pelas respectivas carteiras.

O Banco faz operações de cobertura para parte da sua exposição cambial. Relativamente ao crédito para aquisição de valores mobiliários existe um sistema de alerta para o incumprimento das margens exigidas aos Clientes e o fecho das posições quando as margens atingem determinado limite.

Acresce que não foi concedido crédito a entidades abrangidas pelos artigos 85º e 109º do RGICSF, isto é: membros e cônjuges dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização ou Accionistas com participação qualificada, nem têm conhecimento de operações de crédito cujos beneficiários sejam parentes (ou afins) em primeiro grau ou sociedades que aqueles ou estes dominem directa ou indirectamente.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

Uma vez que as operações enquanto banco apenas se iniciaram em 4 de Novembro de 2008, o impacto da turbulência financeira nos resultados não é expressivo, não havendo perdas a registar referentes a *write off's*. Os activos do Banco não incluem CMBS (*commercial mortgage-backed securities*), RMBS (*residential mortgage-backed securities*), CDO (*colateralised debt obligations*) e ABS (*asset-backed securities*).

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

Não existe exposição a veículos que não tenham sido consolidadas, nem exposição a seguradoras tipo “*monoline*”.

Para além da não existência de impacto negativo nos activos resultantes directamente do período de turbulência, acresce que, a obrigatoriedade os valores adquiridos financiados servirem de colateral ao respectivo crédito, constitui um mecanismo que mitiga expressivamente o respectivo risco.

**INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS
RELATIVA À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS**

A decomposição dos activos disponíveis para venda, é a constante dos seguintes quadros:

Distribuição dos activos disponíveis para venda - Por País de Origem

Zona Euro	2.669.350
Brasil	4.836.332
Grã-Bretanha	1.006.775
Suíça	<u>298.276</u>
Total	8.810.734

Distribuição dos activos disponíveis para venda – Por Sector Actividade

Financeiro	8.081.804
Energia	127.188
Petrolífero	432.297
Soberano	<u>169.446</u>
Total	8.810.734

Distribuição dos activos disponíveis para venda – Por Tipo de Activo

Fundo de Investimento	80.065
Dívida Sénior	6.822.619
Dívida Subordinada	2.065.404
Dívida Soberana	<u>169.446</u>
Total	8.810.734

Distribuição dos activos disponíveis para venda – Por Rating

Rating Tipo A	2.344.786
Rating Tipo B	5.831.309
Sem Rating	<u>97.316</u>
Total	8.810.734

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

Não existiram transacções de SPE (*special purpose entities*).

VI. Outros aspectos relevantes

Não existem outros aspectos relevantes quanto à transparência e valorização de activos que não tenham sido objecto de notas ao Balanço e Contas de 2008.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO 2008



Balanço em Base Individual (NCA)

€

Rubricas da Instrução 23/2004		Notas / Quadros anexos	31-12-2008			31-12-2007
			Valor antes de provisões imparidade e amortizações 1	Provisões imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3=1-2	
	Activo					
10 +3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	600,176		600,176	823,412
11 +3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	12,010,869		12,010,869	10,912,675
152(1) +1548(1) +158(1) +16 +191(1) -3713(1)	Activos financeiros detidos para negociação	5	858,031		858,031	355,411
152(1) +1548(1) +158(1) +17 +191(1) -3713(1)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-	-
153 +1548(1) +158(1) +18 +192 +34888(1) 35221 -3531(1) -53888(1) -3713(1)	Activos financeiros disponíveis para venda	6	8,810,734		8,810,734	-
13 +150 +158(1) +198(1) +3303 +3310(1) +34018(1) +3408 (1) -350 -3520 -5210(1) -35221(1) -3531(1) -5300 -53028(1) -3710	Aplicações em instituições de crédito	7	13,574,736		13,574,736	16,772,741
14 +151 +158(1) +190 +3304 +3305 +3310(1) +34008 +340108 +34880 -3518 -35211 -35221 -3531 -370 -3711 -3712 -5210(1) -53018 -530208 -53880	Crédito a clientes	8 e 16	2,093,534	(48,632)	2,044,903	2,860,502
156 +158(1) +159(1) +22 +3307 +3310(1) +3402 -355 -3524 -3713(1) -5210(1) -53028(1) -5303	Investimentos detidos até à maturidade		-		-	-
155 +158(1) +159(1) +20 +3306 +3310(1) +3408(1) -354 -3523 -3713(1) -5210(1) -5308(1)	Activos com acordo de recompra		-		-	-
21	Derivados de cobertura		-		-	-
25 -3580 -3713(1)	Activos não correntes detidos para venda	9	175,000		175,000	-
26 -3581(1) -360(1)	Propriedades de investimento		-		-	-
27 -3581(1) -360(1)	Outros activos tangíveis	10	2,595,336	(1,595,127)	1,000,208	897,762
29 -3582 -3583 -361	Activos intangíveis	10	740,289	(687,991)	52,297	58,738
24 -357 -3713(1)	Investimentos em associadas e filiais	11	1,005,096		1,005,096	25,000
300	Activos por impostos correntes	12	102,879		102,879	-
301	Activos por impostos diferidos	12	111,938		111,938	19,794
12+157 +158(1) +159(1) +198(1) +31 +32 3302 +3308 +3310(1) 338 +3408(1) +348(1) -3584 -3525 -371(1) +50(1)(2) -5210(1) -5304 -5308(1) +54(1)+(3)	Outros activos	13	957,716		957,716	730,333
	Total de Activo		43,636,334	(2,331,751)	41,304,584	33,456,368

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

(2) - A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo Parte aplicável do saldo desta rubrica

Balanço em Base Individual (NCA)

€

Passivo e Capital	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2008	31-12-2007
	Passivo			
38 - 3311(1) -3410 +5200 +5211(1) +5318	Recursos de bancos centrais		-	-
43(1)	Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
43(1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
39 -3311(1) -3411 +5201 +5211(1) +5318(1)	Recursos de outras instituições de crédito	14	-	37,074
40 +41 -3311(1) -3412 -3412 -3413 +5202 +5203 +5211(1) +5310 +5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	12,791,815	-
42 -3311(1) -3414 +5214 +5211(1) +5312	Responsabilidades representadas por títulos		-	-
46 -3311(1) -3415 +5205 +5211(1) +5313	Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-
44	Derivados de cobertura		-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda		-	-
47	Provisões	8 e 16	62,143	29,339
490	Passivos por impostos correntes		-	133,533
491	Passivos por impostos diferidos		-	-
481+ -489*(1)-3311*(1)-3416*(1)+5206*(1)+5211*(1)+5314*(1)	Instrumentos representativos de capital		-	-
480+488+ -489(1)+3311(1)+3416(1)+5206(1)+5211(1)+5314(1)	Outros passivos subordinados		-	-
51+ -3311(1)-3417-3718+50(1)(2)+5207+5208+5211(1)+528+538-5388+5318(1)+54(1)(3)	Outros passivos	17	9,986,693	16,467,260
	Total de Passivo		22,840,650	16,667,205
55	Capital	18	17,500,000	15,880,743
602	Prémios de emissão	19	369,257	369,257
57	Outros instrumentos de capital		-	-
56	Acções próprias		-	-
58+59	Reservas de reavaliação	19	(440,168)	-
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	19	248,878	(30,144)
64	Resultado do exercício	19	785,966	569,306
63	Dividendos antecipados		-	-
	Total de Capital		18,463,933	16,789,163
	Total de Passivo + Capital		41,304,584	33,456,368

Demonstração de Resultados em Base Individual (NCA)

€

Rubricas da Instrução 23/2004		Notas/ Quadros anexos	31-12-2008	31-12-2007
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	20	929,808	803,640
66+67+6820	Juros e encargos similares	20	(101,946)	(15,239)
	Margem financeira		827,862	788,401
82	Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	21	7,597,395	6,823,853
68-6820	Encargos com serviços e comissões	21	(455,342)	(421,357)
-692 -693 -695(1) -696(1) -698 - 69900 -69910 +832 +833 +835(1) +836(1) +838 +83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	22	(2,547,915)	(2,497,079)
694-834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
-690+830	Resultados de reavaliação cambial		(27,038)	-
-691 -697 -699(1) -725(1) -726(1) +831 +837 +839(1) +843(1) +844(1)	Resultados de alienação de outros activos		12,650	51,766
-695(1) -696(1) -69901 -69911 -75 - 720 -721 -723 -725(1) -726(1) -728 +835(1) +836(1) +83901 + 83911 +840 +843(1) +844(1) +848	Outros resultados de exploração	23	16,668	(72,662)
	Produto da actividade		5,424,281	4,672,923
70	Custos com pessoal	24	(1,684,326)	(1,185,838)
71	Gastos gerais administrativos	25	(2,606,768)	(2,434,180)
77	Depreciações e amortizações	26	(291,079)	(217,553)
781 +783 +784 +785 +786 +788 - 881 -883 -884 -885 -886 -888	Provisões líquidas de anulações	16	(32,340)	(19,366)
78000 +78001 +78010 +78011 +7820 +7821 +7822 -88000 -88001 8810 -88011 -8820 -8821 -8822	Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		-	-
760 +7620 +7618 +7611 +766221 +7623 +7624 +7625 +7630 +7641 +765 +766 +78002(1) +78012(1) +7823 +7828(1) -870 -8720 -8718 - 87211-87221 -8723 -8724 -8726 - 8730 -8741 -875 -876 -88002(1) - 88012(1) -8823 -8828(1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
768 +769(1) +78002(1) +78012(1) +7828(1) -877 -878 -88002(1) - 88012(1) -8828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	16	(13,062)	(925)
	Resultado antes de impostos		796,707	815,060
	Impostos			
65	Correntes	27	(102,885)	(242,591)
74 -86	Diferidos	12	92,144	(3,163)
	Resultado após impostos		785,966	569,306
-72600 -7280 +8480 +84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica



ANEXO IV

Outros Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2008

(valores em euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transferências (Ajustamentos de fusão)			Valor aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31.12.2008
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Activos Intangíveis												
Despesas de estabelecimento.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	673,497	614,759	33,231	41,731	-	33,561	-	31,502	740,289	41,731	687,992	52,297
Activos Tangíveis												
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento.....	2,222,228	1,358,218	315,246	249,348	8,670	106,334	-	61,115	2,561,584	249,348	1,595,127	966,457
Património artístico	33,752	-	-	-	-	-	-	-	33,752	-	-	33,752
TOTAIS	2,929,477	1,972,977	348,477	291,079	8,670	139,895	0	92,617	3,335,625	291,079	2,283,119	1,052,506

O Técnico de Contas

Miguel Lourenço Maria

O Conselho de Administração

Maria Candida Cadeco Rocha e Silva

Pedro José Malheiro Duarte

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Américo Ferreira de Amorim

Carlos da Costa Oliveira

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Miguel Angelo Rodrigues Pimentel

Paulo Armando Morais Mendes

António José Paixão Pinto Marante

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente

Está Conforme: 2008/12/31



Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Montantes expressos em Euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Juros e proveitos recebidos	905,537	895,850
Juros e custos pagos	(128,180)	(12,730)
Serviços e comissões recebidas	6,136,223	5,737,976
Serviços e comissões pagas	(650,546)	(2,681,121)
Outros recebimentos de clientes	5,309,277	4,736,213
Recuperações de créditos		
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores	(4,381,567)	(3,953,716)
Outros activos e passivos operacionais	(202,663)	(445,994)
Imposto sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(135,003)	(125,641)
Fluxos das actividades de operacionais (1)	<u>6,853,077</u>	<u>4,150,838</u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(25,000)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		
Ganhos em outras operações financeiras		575
Dividendos recebidos		605
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(16,241,916)	
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	7,607,088	
Investimentos detidos até à maturidade		
Compra de immobilizações	(403,809)	(94,968)
Venda de immobilizações	21,320	
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(9,017,317)</u>	<u>(118,788)</u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Emissão de obrigações de caixa		
Reembolso de obrigações de caixa		
Acções próprias		
Dividendos de acções pagos		
Dividendos de acções ordinárias pagos	(158,807)	
Dividendos de acções preferenciais pagos		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(158,807)</u>	
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(2,323,046)	4,032,050
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	28,508,828	24,476,778
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>26,185,782</u>	<u>28,508,828</u>
	<u>(2,323,046)</u>	<u>4,032,050</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2008

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final do exercício
Capital realizado	15,880,743	1,619,257			17,500,000
Prémio de emissão	369,257				369,257
Reserva de reavaliação				(440,168)	(440,168)
Reserva legal	196,755		58,245		255,000
Reserva de variações cambiais				(131,477)	(131,477)
Outras reservas	288,987				288,987
Resultados transitados	(545,739)		352,254		(193,485)
Resultados transitados - ID	29,853				29,853
Outras reservas e resultados transitados	(30,144)	0	410,499	(131,477)	248,878
Resultado líquido do exercício	569,306	785,966	(410,499)	(158,807)	785,966
Total Capitais Próprios	16,789,163	2,405,223	0	(730,452)	18,463,933

O Técnico de Contas

Miguel Lourenço Maria

O Conselho de Administração

Maria Candida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Miguel Angelo Rodrigues Pimentel

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante

Carlos da Costa Oliveira

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designada por “Banco Carregosa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída em 1994.

Em Novembro de 2006, a L. J. Carregosa apresentou ao Banco de Portugal um pedido de autorização para a fusão por incorporação das sociedades Personal Value – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e L.J. Carregosa & Companhia, Lda..

Em 19 de Junho de 2008, o Banco de Portugal concedeu autorização para a constituição do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, resultante da fusão por incorporação das três sociedades.

Em 31 de Julho de 2008, é registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto a fusão por incorporação das três sociedades, tendo o património das sociedades incorporadas sido transferido globalmente para o Banco L. J. Carregosa, S.A..

Conforme escritura da fusão, concordante com o projecto de fusão, as operações contabilísticas consideram-se efectuadas por conta da sociedade incorporante, o Banco L. J. Carregosa, S.A., a partir da data de aprovação pelo Banco de Portugal supra referida, 19 de Junho de 2008.

Com a alteração da sociedade a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e o exercício de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal.

A Sociedade apresentou as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA's pela primeira vez no exercício de 2006. As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

- i) Provisionamento do crédito concedido – é mantido o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à anulação de juros;

- ii) Eliminação da opção do justo valor na valorização de activos intangíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas até à data pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.

Em resultado da fusão por incorporação das sociedades Personal Value – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e L.J. Carregosa & Companhia, Lda, os valores comparativos do balanço e demonstração de resultados, poderão não ser comparáveis face ao ano anterior.

No mês de Setembro de 2008 o Banco Carregosa efectuou a reclassificação de activos anteriormente registados em activos financeiros detidos para negociação, quando os mesmos não tinham como finalidade a alienação no curto prazo, para a rubrica de activos financeiros detidos para venda, ao abrigo da emenda à IAS39. Consequentemente, as variações ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda passaram a ser registadas directamente no capital, numa rubrica de reservas de reavaliação. Conforme estabelecido na IAS 39 e IAS 21 também os ganhos e perdas cambiais, relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, passaram a ser reconhecidos directamente em capital próprio também numa rubrica de reservas.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

b) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

c) Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrem sujeitas a perdas de imparidade. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital numa rubrica de reservas. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, deve ser removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

d) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95 do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

e) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. A venda dos bens registados nesta rubrica ocorrer até um período máximo de um ano após o registo inicial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

f) Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos quando considerado adequado.

i) Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, as quais são função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo dos contratos abertura de crédito em conta corrente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

g) Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Equipamento:	
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis, são compostos essencialmente por “software”. Estão registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são registadas de forma linear, ao longo de três anos.

i) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, uma vez que Banco Carregosa exerce o controlo efectivo sobre as mesmas.

Este controlo decorre do poder que o Banco Carregosa tem de, directa e indirectamente, gerir a política financeira e operacional das participadas, ainda que a percentagem detida de capital não seja superior a 50%.

j) Outros passivos financeiros - Recursos de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos, e outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

l) Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do réditto possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

m) Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

n) Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros, são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

São registados impostos diferidos passivos ou activos, no exercício em que se toma conhecimento, os relativos a operações que tenham repercussões nos resultados futuros da empresa.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

o) Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgera.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão na Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações emitidas no mercado nacional por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

(“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, a sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, subsídio por morte e prémio de antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões, e registados na rubrica de Outros passivos.

2.3. Gestão do risco

O Banco Carregosa mantém uma política conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos, calculados por método interno em função do perfil do cliente, não sendo permitidas operações que exijam níveis superiores.

Em função destes princípios, são rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os diversos padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o Accionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, operacional, de liquidez e de mercado (nas suas componentes risco taxa de juro, cambial, cotações e índices).

Neste âmbito, continuámos a acompanhar o processo de revisão dos requisitos de capital, elaborado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Acordo de Basileia II). Este processo de revisão propõe uma maior relação entre os perfis de risco assumidos e os requisitos de capital, aproximando os conceitos de capital regulamentar e de capital económico, permitindo às Instituições Financeiras a utilização de parâmetros calculados internamente para a sua determinação. Estabelece ainda um requisito adicional de capitais para os riscos operacionais, reforça o papel das autoridades de supervisão (Pilar II Processo de Supervisão) e reafirma a necessidade de prestar mais e melhor informação aos mercados (informação qualitativa e quantitativa) sobre a gestão do risco das Instituições Financeiras (Pilar III Disciplina de Mercado).

A nova regulamentação traz às instituições financeiras maiores responsabilidades já que as metodologias mais avançadas dependem da capacidade de desenvolvimento de modelos internos válidos, que sejam sensíveis aos riscos específicos de cada instituição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Assim levamos a cabo a elaboração de um diagnóstico da situação da empresa face a requisitos regulamentares, em especial sobre as exigências decorrentes da transformação da sociedade em Banco e de alterações regulamentares recentes, concretamente sobre o cálculo dos requisitos de fundos próprios, os aspectos relacionados com o stress testing, as análises de adequação de capital no âmbito do ICAAP e à divulgação de informação necessária a efectuar ao mercado, avaliando propostas externas de apoio com vista a assegurar o cumprimento de vários objectivos, designadamente:

- Cálculo de requisitos de capital de acordo com as abordagens mais simples;
- Adopção do Pilar 2 de Basileia (análise de stress testing e ICAAP), conforme instruções do BP 15 e 18 de 2007;
- Divulgação de informação de gestão de risco e de requisitos de capital, nos termos do Aviso 10/2007;
- Cumprimento do novo normativo relativo ao Controlo Interno (Aviso 5/2008);
- Cálculo do 1º reporte de requisitos de capital com referência a 30 de Setembro;
- Controlo de margens em clientes com crédito concedido para compra de valores mobiliários;
- Controlo de procedimentos nas alterações do processo contabilístico;

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade dos clientes não cumprirem as suas obrigações nas datas estabelecidas. A sociedade concede crédito para compra de valores mobiliários. Também na actividade de corretagem segue a prática do mercado que inclui a permissão, para clientes seleccionados, liquidarem as suas compras na data de liquidação sem exigência de cativo prévio, o que também constitui um factor de risco.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos seus activos connosco depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. Também a aposta no reforço da utilização do canal da Internet como meio de recepção de ordens veio reduzir este tipo de risco pois, neste canal de actuação dos clientes, não é prática do mercado a possibilidade de introdução de ordens sem os meios para a sua liquidação disponíveis. A sociedade não distingue, para efeitos de controlo de risco, os clientes em incumprimento dos clientes com concessão de crédito. Para cada conta de clientes é calculado de forma sistemática um rácio de risco, que traduz a relação entre a alavancagem utilizada pelo cliente e a máxima que a sociedade considera confortável.

Acresce que a possibilidade contratualizada com os clientes, do Banco encerrar posições/vender de valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados, fazem com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não terão repercussões significativas nos capitais próprios.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

b) Risco Operacional

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e em consequência dessa política dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais com os riscos envolvidos.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é ainda baixo na nossa sociedade. A transformação em banco vai requerer alterações ao nível da gestão de liquidez.

d) Risco de Mercado

A sociedade, fruto da transformação em Banco, optou por uma maior utilização da sua capacidade de gestão da carteira própria. Consequentemente a componente de risco em relação aos seus investimentos ganhou algum significado. O risco de mercado é uma constante na actuação da maioria dos nossos clientes e resume-se à volatilidade dos preços dos produtos financeiros que usam nas suas aplicações. Para a sociedade, esta volatilidade poderá ser relevante nos casos em que se entende que a carteira de um cliente pode ser utilizada como medida, nomeadamente na fixação do valor das ordens que se permite aceitar sem que os meios financeiros para a sua liquidação estejam previamente garantidos.

De qualquer forma, o peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de mercado. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

Quanto aos riscos de taxa de juro da carteira bancária, de liquidação de posições de contraparte e de correlação, dado o início das operações bancárias ter ocorrido apenas na parte final do ano, não revestem materialidade que justifique, a nosso ver, análise de sensibilidade ou testes de esforço.

No âmbito do Acordo Basileia II, a sociedade pondera a colaboração em regime de outsourcing, de empresa de consultoria especializada na matéria. Será efectuado o levantamento das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os minimizar. Prevê-se que este trabalho seja a base para o desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Será ainda desenvolvida uma aplicação que, apoiada em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilite a alocação de capital económico, por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Desta forma, a metodologia seguida em ordem ao controlo de Risco Operacional, assenta na realização de levantamentos detalhados de todos os processos, tarefas, sistemas e riscos, formalizando-os em “Documento de Identificação de Riscos Operativos” e procedendo ao seu desenho em aplicativo próprio; Em cada processo serão descritos os riscos operacionais e acções de mitigação aplicáveis, nomeadamente:

- ✓ Identificação dos Riscos Operacionais inerentes a cada processo e, se aplicável, forma de mitigação;
- ✓ Quantificação dos Riscos Operacionais efectivos, procedendo ao registo das respectivas perdas;
- ✓ Consolidação das perdas registadas, de forma a conseguir quantificar o Indicador de Risco Operacional;
- ✓ Manutenção dos processos actualizados, articulando com os “Responsáveis das Áreas envolvidas” a identificação e registos das devidas alterações que ocorram.

Em matéria de Política de Segurança da Informação, o Banco Carregosa prevê a implementação de instruções internas sobre as normas internacionais de segurança ISSO 17 799 e BS 779-2. Reconhecendo a “informação” como um activo valioso, estão regulamentadas as seguintes vertentes relacionadas com a sua gestão e segurança:

- Política de Utilizadores
- Política de Acesso Remoto
- Política de Internet
- Política de Correio Electrónico

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Nota prévia:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), e compostas pelas rubricas:

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31.12.2008	31.12.2007
	<hr/>	<hr/>
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	600.176	823.412
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2008	31.12.2007
	<hr/>	<hr/>
Depósitos à ordem em Instituições monetárias:		
No país	6.619.543	5.559.256
Em outros países	5.391.326	5.353.419
Organismos financeiros internacionais	-	-
	<hr/>	<hr/>
	12.010.869	10.912.675
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31.12.2008	31.12.2007
	<hr/>	<hr/>
Títulos – Negociação	858.031	355.411
	<hr/>	<hr/>
	858.031	355.411
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31.12.2008	31.12.2007
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Emitidos por residentes:		
De dívida pública portuguesa	169.445	-
De outros residentes	74.177	-
	<u>243.622</u>	<u>-</u>
Emitidos por não residentes:		
Emissores públicos estrangeiros	-	-
Outros	8.567.112	-
	<u>8.810.734</u>	<u>-</u>
Provisões acumuladas	-	-
	<u>8.810.734</u>	<u>-</u>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos passaram a classificados nesta rubrica em Setembro de 2008, quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 31 de Dezembro de 2008, a perda registada em reservas de reavaliação é no montante 440.168 Euros (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2008 encontra-se também registado, na rubrica reserva de variações cambiais, uma perda no montante de 131.477 Euros, referente às diferenças cambiais de activos financeiros disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira (Nota 19).

Caso a reclassificação destes activos não tivesse sido efectuada, as variações ao justo valor dos activos e as diferenças cambiais teriam um impacto conjunto na redução dos resultados no montante de 571.645 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6.1 Distribuição dos activos disponíveis para venda

6.1.1 Por País de Origem

Zona Euro	2.669.350
Brasil	4.836.332
Grã-Bretanha	1.006.775
Suiça	<u>298.276</u>
	8.810.734

6.1.2 Sector Actividade

Financeiro	8.081.804
Energia	127.188
Petrolifero	432.297
Soberano	<u>169.446</u>
	8.810.734

6.1.3 Tipo de Activo

Fundo de Investimento	80.065
Dívida Senior	6.822.619
Dívida Subordinada	2.065.404
Dívida Soberana	<u>169.446</u>
	8.810.734

6.1.4 Rating

Rating tipo A	2.344.786
Rating tipo B	5.831.309
Sem Rating	<u>97.316</u>
	8.810.734

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2008	31.12.2007
<u>Aplicações</u>		
No País		
Em Outras Instituições de Crédito	13.481.142	16.632.182
Em Proveitos a receber	93.594	140.559
	13.574.736	16.772.741

8. CRÉDITO A CLIENTES

	31.12.2008	31.12.2007
<u>Crédito em conta corrente</u>		
Crédito concedido:		
Interno	1.709.005	2.851.103
Ao exterior	289.059	-
<u>Outros créditos</u>		
Crédito e juros vencidos:		
Crédito interno e juros vencidos	95.471	43.927
	2.093.535	2.895.030
Provisões para crédito e juros vencidos	(48.632)	(34.528)
	2.044.903	2.860.502

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 22.143 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	<i>Saldos</i>	<i>Aumento</i>	<i>Ajustamento</i>	<i>Alienação</i>	<i>Provisões/</i>	<i>Saldos</i>
	<i>31.12.07</i>	<i>no período</i>		<i>no período</i>	<i>Imparidade</i>	<i>31.12.08</i>
Imóveis	-	175.000	-	-	-	175.000
Equipamento	-	-	-	-	-	-
	-	175.000	-	-	-	175.000

No dia 28 de Fevereiro a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, no Porto.

Durante o ano de 2008 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2008 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS

	31.12.2008	31.12.2007
Saldo Inicial	25.000	-
Aquisições	-	25.000
Alienações	-	-
Transferências	980.096	-
	1.005.096	25.000
Imparidade Acumulada	-	-
	1.005.096	25.000

Filiais Associadas e Outras	% Participação	Valor da participação	Total Cap. Próprio	Resultado Líquido	Cap. Próprio ajust. (NCA)	R. Líquido ajust. (NCA)
Cool Link, Lda	50%	25.000	25.941	(24.668)	25.437	(24.164)
Górdio, S.A.	49%	980.000	(93.595)	(3.853)	1.904.102	(3.853)
Varias residuais	-	96	-	-	-	-
		1.005.096	(67.654)	(28.521)	1.929.539	(28.017)

As participações nas sociedades Cool Link, Lda e Górdio, S.A. encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, uma vez que o Banco Carregosa exerce controlo na sua gestão.

Em 31 de Dezembro de 2007, a participação de 50% do capital social da sociedade Cool Link, Lda, foi excluída da consolidação, pelo facto da aquisição da participação no ano de 2007 ter sido efectuada tendo em vista a sua cessão posterior, estando assim reunidas as condições para a aplicação da alínea c) do número 5. do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, pelo que não foram apresentadas contas consolidadas com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. Não tendo sido alienada a participação até à data, a mesma é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas

O montante das transferências em investimentos de 980.096 Euros em 2008, resultaram por força da fusão por incorporação já referida. Destas participações, apenas é de destacar a sociedade Gordio, SA, no montante de 980.000 Euros, sendo as restantes participações residuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

	31.12.2008	31.12.2007
<i>Activos por impostos correntes</i>		
IRC a recuperar	102.879	-
	102.879	-
<i>Activos por impostos diferidos:</i>		
Diferenças temporárias		
Activos tangíveis	13.521	15.658
Activos intangíveis	4.341	4.136
Prejuízos Fiscais	94.076	-
	111.938	19.794
	111.938	19.794

Os prejuízos fiscais resultaram do processo da fusão, sendo o respectivo imposto diferido activo registado no pressuposto da recuperabilidade dos prejuízos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. OUTROS ACTIVOS

	31.12.2008	31.12.2007
Outras Disponibilidades		
Devedores e outras aplicações:		
Sector Público Administrativo	74.686	82.017
Devedores diversos	264.373	227.991
Outros activos	10.223	249
Outros juros e rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos a receber		
Obrigações do tesouro	257.265	5.563
Comissões por serviços prestados	253.361	291.378
Despesas com encargo diferido:		
Comissões pagas	-	-
Seguros	8.923	7.040
Fundo de Pensões	-	90.345
Contribuições Fundo Garantia Depósito	50.000	-
Outras despesas com encargo diferido	33.340	25.738
Outras contas de regularização	5.545	12
	957.716	730.333
	957.716	730.333

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2008	31.12.2007
Descobertos em depósitos à ordem:		
Em outras instituições	-	37.074
	-	37.074

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2008	31.12.2007
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
De outros residentes:		
À ordem	3.370.252	-
A prazo	9.333.914	-
	12.704.166	-
Juros de recursos de clientes		
Depósitos	-	-
De residentes:		-
De outros residentes	87.649	
	87.649	-
	12.791.815	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE, E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER

No exercício de 2008 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidade foram os seguintes:

	Saldos 31.12.07	Dotações	Utilizações/ Transferências	Anulações/ Reposições	Saldos 31.12.08
Provisões para crédito e juros vencidos	34.528	13.534	1.042	(471)	48.632
Provisões para riscos gerais de crédito	29.339	27.835	464	(35.495)	22.143
Outras provisões	-	40.000	-	-	40.000
	63.867	81.369	1.506	(35.966)	110.775

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

17. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2008	31.12.2007
Credores e outros recursos		
Fornecedores	159.590	79.037
Fornecedores de bens de locação financeira	16.789	27.501
Credores por operações sobre valores mobiliários	5.048.983	5.381.967
Outros credores	36.341	13.727
Outros recursos	4.076.528	10.360.012
Sector Público Administrativo	43.792	34.795
Contribuições para a Segurança Social	32.269	15.506
Contribuições para outros sistemas de saúde	6.283	4.752
Sindicatos	1.055	937
	<u>9.421.630</u>	<u>15.918.234</u>
	-	-
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	187.048	226.226
	<u>187.048</u>	<u>226.226</u>
Encargos a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	378.015	268.072
	<u>378.015</u>	<u>268.072</u>
Operações a regularizar	-	54.728
	<u>-</u>	<u>54.728</u>
	<u>9.986.693</u>	<u>16.467.260</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco L. J. Carregosa é de 17.500.000 de euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado, através da emissão de 175.000.000 de acções.

A Sociedade não detém quaisquer acções próprias, nem existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis, títulos ou direitos similares.

19. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o montante necessário. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Resumem-se, de seguida, os movimentos nas rubricas de Outras Reservas e Resultados Transitados, efectuados no ano 2008:

	NCA	2008 - NCA			31.12.08
	31.12.07	Aumentos	Tranferências	Diminuições	
Capital realizado	15.880.743	1.619.257			17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reserva legal	196.755		58.245		255.000
Reserva estatutária					
Reserva de reavaliação				(440.168)	(440.168)
Reserva de variações cambiais				(131.477)	(131.477)
Outras reservas	288.988				288.988
Total Reservas	855.000		58.245	(571.645)	341.600
Resultados transitados	(545.739)		352.254		(193.486)
Resultados transitados - ID	29.853				29.853
Total RT	(515.886)		352.254		(163.633)
Total Reservas e RT	339.114		410.499	(571.645)	177.967
Resultado líquido do exercício	569.306	785.966	(410.499)	(158.807)	785.966
Total Capitais Próprios	16.789.163	2.405.223	-	(730.452)	18.463.933

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Com o processo da fusão, o capital social do Banco L. J. Carregosa passou de 15.880.743 Euros para 17.500.000 Euros, sendo emitidas 16.192.569 acções.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados constante relatório do de gestão do Concelho de Administração de 2007, no ano de 2008 foram distribuídos dividendos no montante de 158.807 Euros.

Conforme referido na nota 6, foram registadas em contas de reservas os ajustamentos ao justo valor e as diferenças cambiais resultantes de activos financeiros disponíveis para venda nos montantes negativos de 440.168 Euros e 131.477 Euros, respectivamente.

20. MARGEM FINANCEIRA

	31.12.2008	31.12.2007
Juros e rendimentos similares de:		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito	929.808	803.640
	<u>929.808</u>	<u>803.640</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de outras instituições de crédito	51.590	13.534
Juros de credores e outros recursos	50.356	1.705
	<u>(101.946)</u>	<u>(15.239)</u>
	<u><u>827.862</u></u>	<u><u>788.401</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	31.12.2008	31.12.2007
Rendimentos de serviços e comissões por:		
Depósito e guarda de valores	56.077	42.651
Cobrança de valores	38.948	28.131
Administração de valores	107.915	90.200
Operações realizadas por conta de terceiros	7.391.430	6.657.349
Outros serviços prestados	3.025	5.522
	<u>7.597.395</u>	<u>6.823.853</u>
Encargos com serviços e comissões por:		
Outros compromissos irrevogáveis	-	240
Depósito e guarda de valores	25.764	20.502
Administração de valores	3.120	-
Outros serviços bancários prestados por terceiros	27.129	23.069
Operações realizadas por terceiros	399.329	377.546
	<u>455.342</u>	<u>421.357</u>
	<u>7.142.053</u>	<u>6.402.496</u>

Em Dezembro de 2007, a Sociedade expôs ao Banco de Portugal a actual contabilização dos custos e proveitos provenientes da intermediação de produtos derivados. Com efeito, os proveitos estão a ser contabilizados na conta 814, enquanto que os custos o são na 692128. Tal contabilização implica que, na demonstração de resultados, os proveitos sejam incluídos na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” e os custos na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

De forma a garantir a consistência de tratamento entre as comissões relacionadas com o mercado à vista e as do mercado de derivados e para evitar uma análise incorrecta do negócio, propôs-se que tanto os custos como os proveitos fossem registados apenas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, o que seria consistente com o registo das comissões apuradas na intermediação das operações efectuadas no mercado à vista.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A Sociedade ainda não recebeu qualquer resposta do Banco de Portugal sobre esta questão. Contudo, caso a contabilização dos custos e proveitos provenientes da intermediação de produtos derivados fosse feita conforme sugestão apresentada ao Banco de Portugal, teríamos os seguintes resultados:

	31.12.2008	31.12.2007
Rendimentos de serviços e comissões por:		
Depósito e guarda de valores	56.077	42.651
Cobrança de valores	38.948	28.131
Administração de valores	107.915	90.200
Operações realizadas por conta de terceiros	7.391.430	6.657.349
Outros serviços prestados	3.025	5.522
	7.597.395	6.823.853
Encargos com serviços e comissões por:		
Outros compromissos irrevogáveis	-	240
Depósito e guarda de valores	25.764	20.502
Depósito e guarda de valores	3.120	20.502
Outros serviços bancários prestados por terceiros	27.129	23.069
Operações realizadas por terceiros	3.135.468	2.907.662
	3.191.481	2.951.473
	4.405.914	3.872.380

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

	31.12.2008	31.12.2007
Ganhos em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	1.798.804	425.532
Futuros e outras operações a prazo	350.571	6.393
	2.149.375	431.925
Perdas em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	1.279.893	398.888
Futuros e outras operações a prazo	3.417.397	2.530.116
	4.697.290	2.929.004
	(2.547.915)	(2.497.079)

Decorrente do exposto na nota 21, caso a Sociedade contabilizasse os seus custos e proveitos com a intermediação de derivados de acordo com a forma acima descrita, teríamos os seguintes resultados:

	31.12.2008	31.12.2007
Ganhos em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	1.798.804	425.532
Futuros e outras operações a prazo	350.571	6.394
	2.149.375	431.926
Perdas em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	1.279.893	398.888
Futuros e outras operações a prazo	-	-
	1.279.893	398.888
	869.482	33.038

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	31.12.2008	31.12.2007
Ganhos em:		
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Outros	142.110	37.181
	<u>142.110</u>	<u>37.181</u>
Perdas em:		
Outros impostos	38.311	18.420
Quotizações e donativos	3.804	1.198
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	21.066	20.538
Perdas em activos não financeiros	16.587	
Outros activos tangíveis e intangíveis		
Outros encargos e gastos operacionais	45.674	69.689
	<u>125.442</u>	<u>109.844</u>
	<u>16.668</u>	<u>(72.662)</u>

24. CUSTOS COM O PESSOAL

	31.12.2008	31.12.2007
Remunerações		
Dos órgãos de gestão	163.710	120.008
De empregados	1.083.875	713.767
Encargos Sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	260.910	161.008
Fundo de pensões	123.946	151.758
Outros	9.210	11.095
Outros custos com o pessoal		
Outros custos com o pessoal	42.675	28.202
	<u>1.684.326</u>	<u>1.185.838</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o número médio de colaboradores nos quadros do Banco Carregosa, por categorias profissionais, era o seguinte:

	31.12.2008	31.12.2007
	<hr/>	<hr/>
Administração	7	7
Direcção	9	3
Técnicos	7	7
Administrativos	14	12
Comerciais	17	10
Outros	6	3
	<hr/>	<hr/>
	60	42

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	31.12.2008	31.12.2007
Com fornecimentos:		
Água, energia e combustíveis	107.743	92.580
Material de consumo corrente	19.807	21.642
Publicações	9.364	10.428
Material de higiene e limpeza	8.488	7.884
Outros fornecimentos de terceiros	66.575	38.916
	<u>211.977</u>	<u>171.450</u>
Com serviços:		
Rendas e alugueres	49.777	32.107
Comunicações	166.850	169.485
Deslocações, estadas e representação	259.354	261.234
Publicidade e edição de publicações	212.904	153.882
Conservação e reparação	67.416	59.847
Seguros	14.507	13.897
Avenças e honorários	185.319	311.572
Judiciais, contencioso e notariado	3.050	2.546
Informática	329.385	392.373
Segurança e vigilância	1.868	4.348
Assessoria, comunicação e imagem	30.930	-
Informações	278.105	251.802
Bancos de dados	15.296	15.267
Assessoria mediática	15.818	-
Estudos e consultas	214.585	251.348
Consultores e auditores externos	549.627	343.023
	<u>2.394.791</u>	<u>2.262.730</u>
	<u>2.606.768</u>	<u>2.434.180</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

26. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2008, ascenderam a 291.079 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

27. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2008 e 2007 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	<u>31.12.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Imposto corrente:		
1. Resultado antes de impostos base NCAs	796.706	815.060
2. Taxa legal de imposto (IRC+Derrama)	26,5%	26,5%
3. Carga fiscal normal (1*2)	211.127	215.991
4. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1. Provisões não dedutíveis	67.835	54.694
4.2. Amortizações não aceites como custo	31.546	14.918
4.3. Donativos e quotizações	84	
4.3. IRC relativo a anos anteriores	-	-
4.4. Mais valias fiscais	6.325	26.048
4.5. Multas, coimas e juros compensatórios	33.997	8.750
4.5. Correções relativas a exercícios anteriores	20.019	11.648
4.6. Correção Impacto NCA's	23.877	15.832
4.7. Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	-	2.935
4.7. Despesas não devidamente documentadas e ofertas	22.630	
4.7. Pensões de reforma	49.812	
	<u>256.125</u>	<u>134.842</u>
5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1. Redução de provisões tributadas	(35.495)	(35.328)
5.2. Fundo de pensões – entregas	-	
5.3. Benefícios fiscais	(1.678)	(80)
5.4. Impacto NCA's	(31.231)	(27.176)
5.5. Mais valias contabilísticas	(12.650)	(52.514)
5.6. Excesso estimativa de imposto	(20.867)	-
5.6.	(58.432)	-
	<u>(160.353)</u>	<u>(115.098)</u>
6. Variações patrimoniais	<u>(571.645)</u>	
7. Lucro tributável (1+4+5-6)	320.833	834.803
8. Prejuízo fiscal reportável	-	-
9. Imposto antes da tributação autónoma (7+8) 26,5%	85.021	221.223
10. Tributação autónomas	17.864	21.368
11. Imposto total (9+10)	102.885	242.591
12. Taxa efectiva (11/1)	12,91%	29,76%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2005 a 2008 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

28. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	31.12.2008	31.12.2007
Compromissos perante terceiros:		
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	91.860	66.470
	<u>91.860</u>	<u>66.470</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
De depósito e guarda de valores	139.033.534	134.264.441
Valores administrados pela Instituição	12.031.652	22.626.842
Outras	8.938.638	10.463.833
	<u>160.003.824</u>	<u>167.355.116</u>
Serviços prestados por terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	114.729.077	111.538.570
Por outros serviços	8.938.638	10.463.833
	<u>123.667.715</u>	<u>122.002.403</u>
Garantias reais		
Activos dados em garantia	16.600	-
	<u>16.600</u>	<u>-</u>
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1.332.127	938.138
Juros vencidos	6.571	4.125
	<u>1.338.698</u>	<u>942.263</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. RELATO POR SEGMENTO

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem apenas em Portugal também não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

30. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou de invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador no Banco Carregosa, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões.

O estudo actuarial, para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados, reportados a 31 de Dezembro de 2008, foi efectuado pela Pensõesgere – S. G. F. P., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os principais pressupostos actuariais utilizados para a avaliação efectuada foram, para os anos de 2008 e 2007, os seguintes:

	2008	2007
Esquema de benefício	Estabelecido no ACTV Bancário	Estabelecido no ACTV Bancário
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	SUISSERE	SUISSERE
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos Utilizados	100% da EVK 80	100% da EVK 80
Taxa de retorno esperada dos activos do plano	5,75%	5%
Taxa de crescimento salarial futura	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,75%	2,75%
Tarifa de cobertura Invalidez Ocupacional	Compagnie Suisse de Réassurances	Compagnie Suisse de Réassurances
Tarifa de cobertura Morte	2.234‰	2.234‰
Percentagem de casados	85,00%	85,00%
Nº de pensões pagas anualmente	14	14

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado, decompondo-se em 31 de Dezembro de 2008 da seguinte forma:

	2008	2007
Nº de participantes no activo	23	24
Nº de reformados	1	1
	2008	2007
Responsabilidades relativas a serviços passados de pessoal no activo	1.256.664	934.925
Responsabilidades relativas a ex-trabalhadores	157.381	406.022
Total das responsabilidades	1.414.045	1.340.947

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O valor do fundo de pensões no final do ano ascendia a 1.508.739 Euros.

O montante reconhecido como custo a 31 de Dezembro de 2008 decorrente do estudo actuarial elaborado pela Pensões Gere e reportado a 31/12/2008, foi de 123.803 Euros.

Custo do serviço corrente	154.860
Custo dos juros	33.378
Rendimento esperado dos activos do fundo	71.175
Custo do serviço passado - Benefícios não adquiridos	6.741

Ganhos actuariais relativas à diferença entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados:

Reconhecidas como flutuação de valores	(221.489)
--	-----------

Durante o exercício foi entregue ao fundo de pensões o montante de 73.991 Euros.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Técnico Oficial de Contas

Miguel Lourenço Maria

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha E Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Miguel Ângelo Rodrigues Pimentel

José Paulo De Oliveira Faria Duarte

Pedro José Malheiro Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira De Amorim

António José Paixão Pinto Marante

Carlos Da Costa Oliveira

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO 2008



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 41.304.584 euros e um total de capital próprio de 18.463.933 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 785.966 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Porto, 13 de Março de 2009

Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO 2008



Balanço Consolidado (NCA)

€

Rubricas da Instrução 23/2004		Notas / Quadros anexos	31-12-2008		
			Valor antes de provisões imparidade e amortizações 1	Provisões imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3=1-2
	Activo				
10 +3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	600,176		600,176
11 +3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	12,039,662		12,039,662
152(1) +1548(1) +158(1) +16 +191(1) -3713(1)	Activos financeiros detidos para negociação	5	858,031		858,031
152(1) +1548(1) +158(1) +17 +191(1) -3713(1)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-
153 +1548(1) +158(1) +18 +192 +34888(1) 35221 -3531(1) -53888(1) -3713(1)	Activos financeiros disponíveis para venda	6	8,810,734		8,810,734
13 +150 +158(1) +198(1) +3303 +3310(1) +34018(1) +3408 (1) -350 -3520 -5210(1) - 35221(1) -3531(1) -5300 -53028(1) -3710	Aplicações em instituições de crédito	7	13,574,736		13,574,736
14 +151 +158(1) +190 +3304 +3305 +3310(1) +34008 +340108 +34880 -3518 -35211 -35221 - 3531 -370 -3711 -3712 -5210(1) -53018 -530208 - 53880	Crédito a clientes	8 e 16	2,093,534	(48,632)	2,044,903
156 +158(1) +159(1) +22 +3307 +3310(1) +3402 355 -3524 -3713(1) -5210(1) -53028(1) -5303	Investimentos detidos até à maturidade		-		-
155 +158(1) +159(1) +20 +3306 +3310(1) +3408(1) -354 -3523 -3713(1) -5210(1) -5308(1)	Activos com acordo de recompra		-		-
21	Derivados de cobertura		-		-
25 -3580 -3713(1)	Activos não correntes detidos para venda	9	175,000		175,000
26 -3581(1) -360(1)	Propriedades de investimento		-		-
27 -3581(1) -360(1)	Outros activos tangíveis	10	5,123,726	(1,606,966)	3,516,759
29 -3582 -3583 -361	Goodwill e activos intangíveis	10	785,590	(687,991)	97,599
24 -357 -3713(1)	Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	11	96		96
300	Activos por impostos correntes	12	102,879		102,879
301	Activos por impostos diferidos	12	111,938		111,938
12+157 +158(1) +159(1) +198(1) +31 +32 3302 +3308 +3310(1) 338 +3408(1) +348(1) -3584 - 3525 -371(1) +50(1)(2) -5210(1) -5304 - 5308(1) +54(1)+(3)	Outros activos	13	1,069,999		1,069,999
	Total de Activo		45,346,102	(2,343,590)	43,002,512

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

(2) - A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo Parte aplicável do saldo desta rubrica

Balanço Consolidado (NCA)

€

Passivo e Capital	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2008
	Passivo		
38 - 3311(1) -3410 +5200 +5211(1) +5318	Recursos de bancos centrais		-
43(1)	Passivos financeiros detidos para negociação		-
43(1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-
39 -3311(1) -3411 +5201 +5211(1) +5318(1)	Recursos de outras instituições de crédito	14	-
40 +41 -3311(1) -3412 -3413 +5202 +5203 +5211(1) +5310 +5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	12,791,815
42 -3311(1) -3414 +5214 +5211(1) +5312	Responsabilidades representadas por títulos		-
46 -3311(1) -3415 +5205 +5211(1) +5313	Passivos financeiros associados a activos transferidos		-
44	Derivados de cobertura		-
45	Passivos não correntes detidos para venda		-
47	Provisões	8 e 16	62,143
490	Passivos por impostos correntes		-
491	Passivos por impostos diferidos		-
481+-489*(1)-3311*(1)-3416*(1)+5206*(1)+5211*(1)+5314*(1)	Instrumentos representativos de capital		-
480+488+-489(1)+3311(1)+3416(1)+5206(1)+5211(1)+5314(1)	Outros passivos subordinados		-
51+-3311(1)-3417-3718+50(1)(2)+5207+5208+5211(1)+528+538-5388+5318(1)+54(1)(3)	Outros passivos	17	10,715,430
	Total de Passivo		23,569,388
55	Capital	18	17,500,000
602	Prémios de emissão	19	369,257
57	Outros instrumentos de capital		-
56	Acções próprias		-
58+59	Reservas de reavaliação	19	(440,168)
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	19	248,878
64	Resultado consolidado do exercício	19	771,346
63	Dividendos antecipados		-
	Total de Capital próprio atribuível ao Grupo		18,449,314
	Interesses Minoritários	19	983,810
	Total de Capital Próprio		19,433,124
	Total de Passivo + Capital		43,002,512

Demonstração de Resultados Consolidada (NCA)

€

Rubricas da Instrução 23/2004		Notas/ Quadros anexos	31-12-2008
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	20	929,808
66+67+6820	Juros e encargos similares	20	(101,946)
	Margem financeira		827,862
82	Rendimentos de instrumentos de capital		-
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	21	7,597,395
68-6820	Encargos com serviços e comissões	21	(455,342)
-692 -693 -695(1) -696(1) -698 - 69900 -69910 +832 +833 +835(1) +836(1) +838 +83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	22	(2,547,915)
694-834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-
-690+830	Resultados de reavaliação cambial		(27,038)
-691 -697 -699(1) -725(1) -726(1) +831 +837 +839(1) +843(1) +844(1)	Resultados de alienação de outros activos		12,000
-695(1) -696(1) -69901 -69911 -75 - 720 -721 -723 -725(1) -726(1) -728 +835(1) +836(1) +83901 + 83911 +840 +843(1) +844(1) +848	Outros resultados de exploração	23	12,527
	Produto da actividade		5,419,489
70	Custos com pessoal	24	(1,891,618)
71	Gastos gerais administrativos	25	(2,413,610)
77	Depreciações e amortizações	26	(300,343)
781 +783 +784 +785 +786 +788 - 881 -883 -884 -885 -886 -888	Provisões líquidas de anulações	16	(32,340)
78000 +78001 +78010 +78011 +7820 + 7821 +7822 -88000 -88001 8810 -88011 -8820 -8821 -8822	Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		-
760 +7620 +7618 +7611 +766221 +7623 +7624 +7625 +7630 +7641 +765 +766 +78002(1) +78012(1) +7823 +7828(1) -870 -8720 -8718 - 87211-87221 -8723 -8724 -8726 - 8730 -8741 -875 -876 -88002(1) - 88012(1) -8823 -8828(1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-
768 +769(1) +78002(1) +78012(1) +7828(1) -877 -878 -88002(1) - 88012(1) -8828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		(13,062)
	Resultado antes de impostos		768,517
	Impostos		
65	Correntes	27	(103,362)
74 -86	Diferidos	12	92,144
	Resultado consolidado do exercício arribível aos accionistas		757,299
	Interesses Minoritários		14,047
	Resultado consolidado do exercício		771,346
-72600 -7280 +8480 +84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

Outros Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2008 (Consolidado)

(valores em euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior (Sociedade Incorporante)		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transferências (Ajustamentos de fusão)			Transf. (participadas incluídas na consolidação)			Valor aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor consolidado líquido em 31.12.2008	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas					
Outros Activos Intangíveis																
Despesas de estabelecimento.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	673,497	614,759	33,231	41,731	-	33,561	-	31,502	-	-	-	740,289	41,731	687,992	52,297	52,297
"Goodwill".....	-	-	45,302	-	-	-	-	-	-	-	-	45,302	-	-	45,302	45,302
Activos Tangíveis																
Imóveis.....	-	-	-	-	-	-	-	-	2,500,000	-	-	2,500,000	-	-	-	2,500,000
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento.....	2,222,228	1,358,218	315,246	249,348	8,670	106,334	-	61,115	28,390	9,264	11,839	2,589,973	258,612	1,606,966	983,007	983,007
Património artístico	33,752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,752	-	-	-	33,752
TOTAIS	2,929,477	1,972,977	393,779	291,079	8,670	139,895	-	92,617	2,528,390	9,264	11,839	5,909,316	300,343	2,294,958	3,614,358	3,614,358

O Técnico de Contas

Miguel Lourenço Maria

O Conselho de Administração

Maria Candida Cadeco Rocha e Silva

Pedro José Malheiro Duarte

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Américo Ferreira de Amorim

Carlos da Costa Oliveira

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Miguel Angelo Rodrigues Pimentel

Paulo Armando Morais Mendes

António José Paixão Pinto Marante

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente

Está Conforme: 2008/12/31



Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidada para o período findo em 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em Euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>31-12-2008</u>
Juros e proveitos recebidos	905,537
Juros e custos pagos	(128,389)
Serviços e comissões recebidas	6,136,223
Serviços e comissões pagas	(650,546)
Outros recebimentos de clientes	5,309,277
Recuperações de créditos	
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores	(4,393,943)
Outros activos e passivos operacionais	(202,744)
Imposto sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(135,484)
Fluxos das actividades de operacionais (1)	<u>6,839,931</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>	
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	
Ganhos em outras operações financeiras	
Dividendos recebidos	
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(16,241,916)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	7,607,088.48
Investimentos detidos até à maturidade	
Compra de imobilizações	(425,122)
Venda de imobilizações	21,320
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(9,038,630)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>	
Emissão de obrigações de caixa	
Reembolso de obrigações de caixa	
Acções próprias	2,500.00
Dividendos de acções pagos	
Dividendos de acções ordinárias pagos	(158,807)
Dividendos de acções preferenciais pagos	
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(156,307)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(2,355,006)
Efeito das diferenças de câmbio	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	28,569,580
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>26,214,574</u>
	<u>(2,355,006)</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2008 (Consolidado)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior (Sociedade Incorporante)	Aumentos	Tranferências	Diminuições	Saldo final consolidado do exercício
Capital realizado	15,880,743	1,619,257			17,500,000
Prémio de emissão	369,257				369,257
Reserva de reavaliação				(440,168)	(440,168)
Reserva legal	196,755		58,245		255,000
Reserva de variações cambiais				(131,477)	(131,477)
Outras reservas	288,987				288,987
Resultados transitados	(545,739)		352,254		(193,485)
Resultados transitados - ID	29,853				29,853
Outras reservas e resultados transitados	(30,144)	0	410,499	(131,477)	248,878
Resultado líquido do exercício	569,306	771,346	(410,499)	(158,807)	771,346
Total de Capital próprio atribuível ao Grupo	16,789,163	2,390,603	0	(730,452)	18,449,313
Interesses Minoritários		983,810			983,810
Total Capitais Próprios	16,789,163	3,374,413	0	(730,452)	19,433,123

O Técnico de Contas

Miguel Lourenço Maria

O Conselho de Administração

Maria Candida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Miguel Angelo Rodrigues Pimentel

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante

Carlos da Costa Oliveira

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designada por “Banco Carregosa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída em 1994.

Em Novembro de 2006, a L. J. Carregosa apresentou ao Banco de Portugal um pedido de autorização para a fusão por incorporação das sociedades Personal Value – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e L.J. Carregosa & Companhia, Lda..

Em 19 de Junho de 2008, o Banco de Portugal concedeu autorização para a constituição do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, resultante da fusão por incorporação das três sociedades.

Em 31 de Julho de 2008, é registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto a fusão por incorporação das três sociedades, tendo o património das sociedades incorporadas sido transferido globalmente para o Banco L. J. Carregosa, S.A..

Conforme escritura da fusão, concordante com o projecto de fusão, as operações contabilísticas consideram-se efectuadas por conta da sociedade incorporante, o Banco L. J. Carregosa, S.A., a partir da data de aprovação pelo Banco de Portugal supra referida, 19 de Junho de 2008.

Com a alteração da sociedade a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e o exercício de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação, nas quais o Banco Carregosa detém uma participação em que exerce o controlo efectivo sobre as mesmas, são as seguintes:

Sociedade	% Participação	Método de consolidação
Coollink - Serviços Informáticos e de Consultadoria, Lda.	50%	Integral
Górdio - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	49%	Integral

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas pela primeira vez este ano, com referência à data de 31 de Dezembro de 2008, não sendo assim comparadas com o exercício anterior.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

- i) Provisionamento do crédito concedido – é mantido o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à anulação de juros;
- ii) Eliminação da opção do justo valor na valorização de activos intangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas até à data pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.

No mês de Setembro de 2008 o Banco Carregosa efectuou a reclassificação de activos anteriormente registados em activos financeiros detidos para negociação, quando os mesmos não tinham como finalidade a alienação no curto prazo, para a rubrica de activos financeiros detidos para venda, ao abrigo da emenda à IAS39. Consequentemente, as variações ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda passaram a ser registadas directamente no capital, numa rubrica de reservas de reavaliação. Conforme estabelecido na IAS 39 e IAS 21 também os ganhos e perdas cambiais, relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, passaram a ser reconhecidos directamente em capital próprio também numa rubrica de reservas.

2.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem a agregação das demonstrações financeiras individuais das entidades sobre as quais o Banco exerce controlo na sua gestão.

As empresas incluídas nas contas consolidadas e respectivas relações com o Banco Carregosa podem ser resumidas de acordo com o seguinte:

- i) Coollink – Serviços Informáticos e de Consultadoria, Lda. (adiante designada por “Coollink”)

A participação de 50% do capital social da sociedade na Coollink foi adquirida no exercício de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2007, a Coollink, foi excluída da consolidação, pelo facto da aquisição da participação no ano de 2007 ter sido efectuada tendo em vista a sua cessão posterior, estando assim reunidas as condições para a aplicação da alínea c) do número 5.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, pelo que não foram apresentadas contas consolidadas com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. Não tendo sido alienada a participação até à data, a mesma é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas.

Todas as prestações de serviços da Coollink no exercício de 2008, foram prestadas ao Banco Carregosa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ii) Górdio – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A. (adiante designada por “Górdio”)

A participação de 49% do capital social da sociedade na Górdio, resultou por força da fusão por incorporação já referida.

Nenhum outro accionista da Górdio dispõem directa ou indirectamente, uma fracção de capital superior à do Banco Carregosa.

As participações financeiras em que o Banco Carregosa exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Banco Carregosa exerce controlo sobre a Coolink e a Górdio, uma vez que detém o poder, directa e indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de ambas as Sociedades, ainda que a percentagem detida de Capital não seja superior a 50%.

Os investimentos em participações financeiras são registados pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data de compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente relacionados com a aquisição.

O “goodwill” (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Ao abrigo das IFRS, o “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do “goodwill” é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em custos do exercício.

As Demonstrações financeiras das participadas que estavam expressas em POC (DL 410/89 e posteriores alterações, nomeadamente DL 35/2005, de 17-02) foram reexpressas, sendo efectuadas os ajustamentos necessários, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA’s), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal.

Todas as operações entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

b) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

c) Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrem sujeitas a perdas de imparidade. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital numa rubrica de reservas. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, deve ser removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

d) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95 do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

e) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. A venda dos bens registados nesta rubrica ocorrer até um período máximo de um ano após o registo inicial.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

f) Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos quando considerado adequado.

i) Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, as quais são função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo dos contratos abertura de crédito em conta corrente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

g) Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Equipamento:	
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis, são compostos essencialmente por “software”. Estão registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são registadas de forma linear, ao longo de três anos.

i) Outros passivos financeiros - Recursos de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos, e outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

l) Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

m) Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros, são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

São registados impostos diferidos passivos ou activos, no exercício em que se toma conhecimento, os relativos a operações que tenham repercussões nos resultados futuros da empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

n) Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgera.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão na Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações emitidas no mercado nacional por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Para além das pensões, a sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, subsídio por morte e prémio de antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões, e registados na rubrica de Outros passivos.

2.4 Gestão do risco

O Banco Carregosa mantém uma política conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos, calculados por método interno em função do perfil do cliente, não sendo permitidas operações que exijam níveis superiores.

Em função destes princípios, são rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os diversos padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o Accionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, operacional, de liquidez e de mercado (nas suas componentes risco taxa de juro, cambial, cotações e índices).

Neste âmbito, continuámos a acompanhar o processo de revisão dos requisitos de capital, elaborado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Acordo de Basileia II). Este processo de revisão propõe uma maior relação entre os perfis de risco assumidos e os requisitos de capital, aproximando os conceitos de capital regulamentar e de capital económico, permitindo às Instituições Financeiras a utilização de parâmetros calculados internamente para a sua determinação. Estabelece ainda um requisito adicional de capitais para os riscos operacionais, reforça o papel das autoridades de supervisão (Pilar II Processo de Supervisão) e reafirma a necessidade de prestar mais e melhor informação aos mercados (informação qualitativa e quantitativa) sobre a gestão do risco das Instituições Financeiras (Pilar III Disciplina de Mercado).

A nova regulamentação traz às instituições financeiras maiores responsabilidades já que as metodologias mais avançadas dependem da capacidade de desenvolvimento de modelos internos válidos, que sejam sensíveis aos riscos específicos de cada instituição.

Assim levamos a cabo a elaboração de um diagnóstico da situação da empresa face a requisitos regulamentares, em especial sobre as exigências decorrentes da transformação da sociedade em Banco e de alterações regulamentares recentes, concretamente sobre o cálculo dos requisitos de fundos próprios, os aspectos relacionados com o stress testing, as análises de adequação de capital no âmbito do ICAAP e à divulgação de informação necessária a efectuar ao mercado, avaliando propostas externas de apoio com vista a assegurar o cumprimento de vários objectivos, designadamente:

- Cálculo de requisitos de capital de acordo com as abordagens mais simples;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Adopção do Pilar 2 de Basileia (análise de stress testing e ICAAP), conforme instruções do BP 15 e 18 de 2007;
- Divulgação de informação de gestão de risco e de requisitos de capital, nos termos do Aviso 10/2007;
- Cumprimento do novo normativo relativo ao Controlo Interno (Aviso 5/2008);
- Cálculo do 1º reporte de requisitos de capital com referência a 30 de Setembro;
- Controlo de margens em clientes com crédito concedido para compra de valores mobiliários;
- Controlo de procedimentos nas alterações do processo contabilístico;

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade dos clientes não cumprirem as suas obrigações nas datas estabelecidas. A sociedade concede crédito para compra de valores mobiliários. Também na actividade de corretagem segue a prática do mercado que inclui a permissão, para clientes seleccionados, liquidarem as suas compras na data de liquidação sem exigência de cativo prévio, o que também constitui um factor de risco.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos seus activos connosco depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. Estes critérios têm vindo a ser alterados, assim como têm sido definidos os procedimentos nos casos de incumprimento, os minimizou. Também a aposta no reforço da utilização do canal da Internet como meio de recepção de ordens veio reduzir este tipo de risco pois, neste canal de actuação dos clientes, não é prática do mercado a possibilidade de introdução de ordens sem os meios para a sua liquidação disponíveis. A sociedade não distingue, para efeitos de controlo de risco, os clientes em incumprimento dos clientes com concessão de crédito. Para cada conta de clientes é calculado de forma sistemática um rácio de risco, que traduz a relação entre a alavancagem utilizada pelo cliente e a máxima que a sociedade considera confortável.

Acresce que a possibilidade contratualizada com os clientes, do Banco encerrar posições/vender de valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados, fazem com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não terão repercussões significativas nos capitais próprios.

b) Risco Operacional

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e em consequência dessa política dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais com os riscos envolvidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é ainda baixo na nossa sociedade. A transformação em banco vai requerer alterações ao nível da gestão de liquidez.

d) Risco de Mercado

A sociedade, fruto da transformação em Banco, optou por uma maior utilização da sua capacidade de gestão da carteira própria. Consequentemente a componente de risco em relação aos seus investimentos ganhou algum significado. O risco de mercado é uma constante na actuação da maioria dos nossos clientes e resume-se à volatilidade dos preços dos produtos financeiros que usam nas suas aplicações. Para a sociedade, esta volatilidade poderá ser relevante nos casos em que se entende que a carteira de um cliente pode ser utilizada como medida, nomeadamente na fixação do valor das ordens que se permite aceitar sem que os meios financeiros para a sua liquidação estejam previamente garantidos.

De qualquer forma, o peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de mercado. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

Quanto aos riscos de taxa de juro da carteira bancária, de liquidação de posições de contraparte e de correlação, dado o início das operações bancárias ter ocorrido apenas na parte final do ano, não revestem materialidade que justifique, a nosso ver, análise de sensibilidade ou testes de esforço.

No âmbito do Acordo Basileia II, a sociedade pondera a colaboração em regime de outsourcing, de empresa de consultoria especializada na matéria. Será efectuado o levantamento das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os minimizar. Prevê-se que este trabalho seja a base para o desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Será ainda desenvolvida uma aplicação que, apoiada em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilite a alocação de capital económico, por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Desta forma, a metodologia seguida em ordem ao controlo de Risco Operacional, assenta na realização de levantamentos detalhados de todos os processos, tarefas, sistemas e riscos, formalizando-os em “Documento de Identificação de Riscos Operativos” e procedendo ao seu desenho em aplicativo próprio; Em cada processo serão descritos os riscos operacionais e acções de mitigação aplicáveis, nomeadamente:

- ✓ Identificação dos Riscos Operacionais inerentes a cada processo e, se aplicável, forma de mitigação;
- ✓ Quantificação dos Riscos Operacionais efectivos, procedendo ao registo das respectivas perdas;
- ✓ Consolidação das perdas registadas, de forma a conseguir quantificar o Indicador de Risco Operacional;
- ✓ Manutenção dos processos actualizados, articulando com os “Responsáveis das Áreas envolvidas” a identificação e registos das devidas alterações que ocorram.

Em matéria de Política de Segurança da Informação, o Banco Carregosa prevê a implementação de instruções internas sobre as normas internacionais de segurança ISSO 17 799 e BS 779-2. Reconhecendo a “informação” como um activo valioso, estão regulamentadas as seguintes vertentes relacionadas com a sua gestão e segurança:

- Política de Utilizadores
- Política de Acesso Remoto
- Política de Internet
- Política de Correio Electrónico

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Nota prévia:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), e compostas pelas rubricas:

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31.12.2008
	<hr/>
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	600.176
	<hr/>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2008
	<hr/>
Depósitos à ordem em Instituições monetárias:	
No país	6.648.336
Em outros países	5.391.326
Organismos financeiros internacionais	-
	<hr/>
	12.039.662
	<hr/>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31.12.2008
	<hr/>
Títulos – Negociação	858.031
	<hr/>
	858.031
	<hr/>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31.12.2008
<u>Instrumentos de dívida</u>	
Emitidos por residentes:	
De dívida pública portuguesa	169.445
De outros residentes	74.177
	243.622
Emitidos por não residentes:	
Emissores públicos estrangeiros	-
Outros	8.567.112
	8.810.734
Provisões acumuladas	-
	8.810.734

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos passaram a classificados nesta rubrica em Setembro de 2008, quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 31 de Dezembro de 2008, a perda registada em reservas de reavaliação é no montante 440.168 Euros (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2008 encontra-se também registado, na rubrica reserva de variações cambiais, uma perda no montante de 131.477 Euros, referente às diferenças cambiais de activos financeiros disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira (Nota 19).

Caso a reclassificação destes activos não tivesse sido efectuada, as variações ao justo valor dos activos e as diferenças cambiais teriam um impacto conjunto na redução dos resultados no montante de 571.645 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6.1 Distribuição dos activos disponíveis para venda

6.1.1 Por País de Origem

Zona Euro	2.669.350
Brasil	4.836.332
Grã-Bretanha	1.006.775
Suiça	<u>298.276</u>
	8.810.734

6.1.2 Sector Actividade

Financeiro	8.081.804
Energia	127.188
Petrolifero	432.297
Soberano	<u>169.446</u>
	8.810.734

6.1.3 Tipo de Activo

Fundo de Investimento	80.065
Dívida Senior	6.822.619
Dívida Subordinada	2.065.404
Dívida Soberana	<u>169.446</u>
	8.810.734

6.1.4 Rating

Rating tipo A	2.344.786
Rating tipo B	5.831.309
Sem Rating	<u>97.316</u>
	8.810.734

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2008
<u>Aplicações</u>	<hr/>
No País	
Em Outras Instituições de Crédito	13.481.142
Em Proveitos a receber	93.594
	<hr/> 13.574.736 <hr/>

8. CRÉDITO A CLIENTES

	31.12.2008
<u>Crédito em conta corrente</u>	<hr/>
Crédito concedido:	
Interno	1.709.005
Ao exterior	289.059
<u>Outros créditos</u>	
Crédito e juros vencidos:	
Crédito interno e juros vencidos	<hr/> 95.471 <hr/>
	<hr/> 2.093.535 <hr/>
Provisões para crédito e juros vencidos	(48.632)
	<hr/> 2.044.903 <hr/>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 22.143 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	Saldos 31.12.07	Aumento no período	Ajustamento	Alienação no período	Provisões/ Imparidade	Saldos 31.12.08
Imóveis	-	175.000	-	-	-	175.000
Equipamento	-	-	-	-	-	-
	-	175.000	-	-	-	175.000

No dia 28 de Fevereiro a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, no Porto.

Durante o ano de 2008 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2008 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

Na rubrica de Outros Activos Tangíveis está incluído um imóvel pertencente à participada Górdio, que no seu respectivo balanço estava registado pelo montante de 502.303 Euros. Tendo por base uma avaliação efectuada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes a este activo, o mesmo foi avaliado em 2.500.000 Euros, procedendo-se deste modo à sua revalorização por aplicação das IAS 16.

Na rubrica de outros activos intangíveis encontra-se registado o “goodwill” apurado conforme abaixo:

Sociedade	Valor de aquisição	Capital Próprio excepto resultado atribuível ao Grupo	Diferença de consolidação
Coollink	25.000	24.800	200
Górdio	980.000	934.898	45.102
Total	1.005.000	959.698	45.302

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS

	31.12.2008
Saldo Inicial	-
Aquisições	-
Alienações	-
Transferências	96
	<u>96</u>
Imparidade Acumulada	-
	<u>96</u>

O montante das transferências, resultaram por força da fusão por incorporação já referida.

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

	31.12.2008
<i>Activos por impostos correntes</i>	
IRC a recuperar	102.879
	<u>102.879</u>
<i>Activos por impostos diferidos:</i>	
Diferenças temporárias	
Activos tangíveis	13.521
Activos intangíveis	4.341
Prejuizos Fiscais	94.076
	<u>111.938</u>

13. OUTROS ACTIVOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	31.12.2008
Outras Disponibilidades	
Devedores e outras aplicações:	
Sector Público Administrativo	161.942
Devedores diversos	288.336
Outros activos	10.223
Outros juros e rendimentos similares	-
Outros rendimentos a receber	
Obrigações do tesouro	257.265
Comissões por serviços prestados	253.361
Despesas com encargo diferido:	
Comissões pagas	-
Seguros	9.987
Fundo de Pensões	-
Contribuições Fundo Garantia Depósito	50.000
Outras despesas com encargo diferido	33.340
Outras contas de regularização	5.545
	<u>1.069.999</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2008
Descobertos em depósitos à ordem:	
Em outras instituições	-
	-

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2008
Recursos de clientes	
Depósitos	
De residentes	
De outros residentes:	
À ordem	3.370.252
A prazo	9.333.914
	12.704.166
Juros de recursos de clientes	
Depósitos	-
De residentes:	
De outros residents	87.649
	87.649
	12.791.815

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE, E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER

No exercício de 2008 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidade foram os seguintes:

	Saldos 31.12.07	Dotações	Utilizações/ Transferências	Anulações/ Reposições	Saldos 31.12.08
Provisões para crédito e juros vencidos	34.528	13.534	1.042	(471)	48.632
Provisões para riscos gerais de crédito	29.339	27.835	464	(35.495)	22.143
Outras provisões	-	40.000	-	-	40.000
	<u>63.867</u>	<u>81.369</u>	<u>1.506</u>	<u>(35.966)</u>	<u>110.775</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

17. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2008
Credores e outros recursos	
Fornecedores	159.642
Fornecedores de bens de locação financeira	16.789
Credores por operações sobre valores mobiliários	5.048.983
Outros credores	36.341
Outros recursos	4.761.479
Sector Público Administrativo	62.368
Contribuições para a Segurança Social	32.269
Contribuições para outros sistemas de saúde	6.283
Sindicatos	1.055
	10.125.209
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	187.048
	187.048
Encargos a pagar	
Remunerações a pagar ao pessoal	403.173
	403.173
Operações a regularizar	
	10.715.430

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco L. J. Carregosa é de 17.500.000 de euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado, através da emissão de 175.000.000 de acções.

A Sociedade não detém quaisquer acções próprias, nem existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis, títulos ou direitos similares.

19. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o montante necessário. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Resumem-se, de seguida, os movimentos nas rubricas de Outras Reservas e Resultados Transitados, efectuados no ano 2008:

	NCA	2008 - NCA			31.12.08
	31.12.07	Aumentos	Transferências	Diminuições	
Capital realizado	15.880.743	1.619.257			17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reserva legal	196.755		58.245		255.000
Reserva estatutária					
Reserva de reavaliação				(440.168)	(440.168)
Reserva de variações cambiais				(131.477)	(131.477)
Outras reservas	288.988				288.988
Total Reservas	855.000		58.245	(571.645)	341.600
Resultados transitados	(545.739)		352.254		(193.486)
Resultados transitados - ID	29.853				29.853
Total RT	(515.886)		352.254		(163.633)
Total Reservas e RT	339.114		410.499	(571.645)	177.967
Resultado líquido Consolidado	569.306	771.346	(410.499)	(158.807)	771.347
Total de Capital próprio atribuível ao Grupo	16.789.163	2.390.603	-	(730.452)	18.449.314
Interesses Minoritários		983.810			983.810
Total de Capital Próprio	16.789.163	3.374.413	-	(730.452)	19.433.124

Com o processo da fusão, o capital social do Banco L. J. Carregosa passou de 15.880.743 Euros para 17.500.000 Euros, sendo emitidas 16.192.569 acções.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados constante relatório do de gestão do Conselho de Administração de 2007, no ano de 2008 foram distribuídos dividendos no montante de 158.807 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Conforme referido na nota 6, foram registadas em contas de reservas os ajustamentos ao justo valor e as diferenças cambiais resultantes de activos financeiros disponíveis para venda nos montantes negativos de 440.168 Euros e 131.477 Euros, respectivamente.

Os interesses minoritários foram apurados de acordo com o seguinte:

Sociedade	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
Coollink	25.437	50%	12.718
Górdio	1.904.102	51%	971.092
Total	1.929.539		983.810

20. MARGEM FINANCEIRA

	31.12.2008
Juros e rendimentos similares de:	
Juros de disponibilidades em instituições de crédito	929.808
	929.808
Juros e encargos similares de:	
Recursos de outras instituições de crédito	51.590
Juros de credores e outros recursos	50.356
	(101.946)
	827.862

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	31.12.2008
Rendimentos de serviços e comissões por:	
Depósito e guarda de valores	56.077
Cobrança de valores	38.948
Administração de valores	107.915
Operações realizadas por conta de terceiros	7.391.430
Outros serviços prestados	3.025
	<hr/> 7.597.395
Encargos com serviços e comissões por:	
Outros compromissos irrevogáveis	-
Depósito e guarda de valores	25.764
Administração de valores	3.120
Outros serviços bancários prestados por terceiros	27.129
Operações realizadas por terceiros	399.329
	<hr/> 455.342
	<hr/> <hr/> 7.142.053

Em Dezembro de 2007, a Sociedade expôs ao Banco de Portugal a actual contabilização dos custos e proveitos provenientes da intermediação de produtos derivados. Com efeito, os proveitos estão a ser contabilizados na conta 814, enquanto que os custos o são na 692128. Tal contabilização implica que, na demonstração de resultados, os proveitos sejam incluídos na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” e os custos na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

De forma a garantir a consistência de tratamento entre as comissões relacionadas com o mercado à vista e as do mercado de derivados e para evitar uma análise incorrecta do negócio, propôs-se que tanto os custos como os proveitos fossem registados apenas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, o que seria consistente com o registo das comissões apuradas na intermediação das operações efectuadas no mercado à vista.

A Sociedade ainda não recebeu qualquer resposta do Banco de Portugal sobre esta questão. Contudo, caso a contabilização dos custos e proveitos provenientes da intermediação de produtos derivados fosse feita conforme sugestão apresentada ao Banco de Portugal, teríamos os seguintes resultados:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	31.12.2008
Rendimentos de serviços e comissões por:	
Depósito e guarda de valores	56.077
Cobrança de valores	38.948
Administração de valores	107.915
Operações realizadas por conta de terceiros	7.391.430
Outros serviços prestados	3.025
	<u>7.597.395</u>
Encargos com serviços e comissões por:	
Outros compromissos irrevogáveis	-
Depósito e guarda de valores	25.764
Depósito e guarda de valores	3.120
Outros serviços bancários prestados por terceiros	27.129
Operações realizadas por terceiros	3.135.468
	<u>3.191.481</u>
	<u>4.405.914</u>

22. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	31.12.2008
Ganhos em:	
Activos financeiros detidos para negociação	
Títulos	1.798.804
Futuros e outras operações a prazo	350.571
	<u>2.149.375</u>
Perdas em:	
Activos financeiros detidos para negociação	
Títulos	1.279.893
Futuros e outras operações a prazo	3.417.397
	<u>4.697.290</u>
	<u>(2.547.915)</u>

Decorrente do exposto na nota 17, caso a Sociedade contabilizasse os seus custos e proveitos com a intermediação de derivados de acordo com a forma acima descrita, teríamos os seguintes resultados:

	31.12.2008
Ganhos em:	
Activos financeiros detidos para negociação	
Títulos	1.798.804
Futuros e outras operações a prazo	350.571
	<u>2.149.375</u>
Perdas em:	
Activos financeiros detidos para negociação	
Títulos	1.279.893
Futuros e outras operações a prazo	-
	<u>1.279.893</u>
	<u>869.482</u>

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

31.12.2008

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Ganhos em:

Outros rendimentos e receitas operacionais

Outros	142.110
	<hr/>
	142.110

Perdas em:

Outros impostos	38.311
Quotizações e donativos	3.804
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	21.066
Perdas em activos não financeiros	16.587
Outros activos tangíveis e intangíveis	
Outros encargos e gastos operacionais	49.815
	<hr/>
	129.583
	<hr/>
	12.527
	<hr/> <hr/>

24. CUSTOS COM O PESSOAL

	31.12.2008
	<hr/>
Remunerações	
Dos órgãos de gestão	163.710
De empregados	1.252.327
Encargos Sociais obrigatórios	
Encargos relativos a remunerações	299.750
Fundo de pensões	123.946
Outros	9.210
Outros custos com o pessoal	
Outros custos com o pessoal	42.675
	<hr/>
	1.891.618
	<hr/> <hr/>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, o número médio de colaboradores nos quadros do grupo, por categorias profissionais, era o seguinte:

	31.12.2008
Administração	7
Direcção	9
Técnicos	11
Administrativos	14
Comerciais	17
Outros	6
	64

Para além dos quadros do banco Carregosa, o nº total de trabalhadores inclui 4 quadros da participada Collink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	31.12.2008
Com fornecimentos:	
Água, energia e combustíveis	107.791
Material de consumo corrente	20.026
Publicações	9.480
Material de higiene e limpeza	8.488
Outros fornecimentos de terceiros	71.862
	217.647
Com serviços:	
Rendas e alugueres	49.777
Comunicações	167.387
Deslocações, estadas e representação	267.288
Publicidade e edição de publicações	212.904
Conservação e reparação	68.091
Seguros	15.957
Avenças e honorários	254.719
Judiciais, contencioso e notariado	3.255
Informática	65.385
Segurança e vigilância	1.868
Assessoria, comunicação e imagem	30.930
Informações	50.355
Bancos de dados	15.296
Assessoria mediática	15.818
Estudos e consultas	214.585
Consultores e auditores externos	549.627
	2.195.963
	2.413.610

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

26. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Conforme referido na nota 8, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2008, ascenderam a 300.343 Euros.

27. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva do Banco Carregosa individualmente, nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	<u>31.12.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Imposto corrente:		
1. Resultado antes de impostos base NCAs	796.706	815.060
2. Taxa legal de imposto (IRC+Derrama)	26,5%	26,5%
3. Carga fiscal normal (1*2)	203.390	215.991
4. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1. Provisões não dedutíveis	67.835	54.694
4.2. Amortizações não aceites como custo	31.546	14.918
4.3. Donativos e quotizações	84	17
4.3. IRC relativo a anos anteriores	-	-
4.4. Mais valias fiscais	6.325	26.048
4.5. Multa , coimas e juros compensatórios	33.997	8.750
4.5. Correções relativas a exercícios anteriores	20.019	11.648
4.6. Correção Impacto NCA's	23.877	15.832
4.7. Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	-	2.935
4.7. Despesas não devidamente documentadas e ofertas	22.630	-
4.7. Pensões de reforma	49.812	-
	<u>256.125</u>	<u>134.842</u>
5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1. Redução de provisões tributadas	(35.495)	(35.328)
5.2. Fundo de pensões – entregas	-	-
5.3. Benefícios fiscais	(1.678)	(80)
5.4. Impacto NCA's	(31.231)	(27.176)
5.5. Mais valias contabilísticas	(12.650)	(52.514)
5.6. Excesso estimativa de imposto	(20.867)	-
5.6. Outros	(58.432)	-
	<u>(160.353)</u>	<u>(115.098)</u>
6. Variações patrimoniais	<u>(571.645)</u>	<u>-</u>
7. Lucro tributável (1+4+5-6)	320.833	834.803
8. Prejuízo fiscal reportável	-	-
9. Imposto antes da tributação autónoma (7+8)*26,5%	85.021	221.223
10. Tributação autónomas	17.864	21.368
11. Imposto total (9+10)	102.885	242.591
12. Taxa efectiva (11/1)	12,91%	29,76%

Para além do montante de 102.885 Euros da estimativa de imposto corrente apurado nas contas individuais do Banco Carregosa, nas contas consolidadas está ainda incluído o valor de 477 Euros referente à participada Collink.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2005 a 2008 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

28. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	31.12.2008	31.12.2007
Compromissos perante terceiros:		
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	91.860	66.470
	91.860	66.470
Responsabilidades por prestação de serviços:		
De depósito e guarda de valores	139.033.534	134.264.441
Valores administrados pela Instituição	12.031.652	22.626.842
Outras	8.938.638	10.463.833
	160.003.824	167.355.116
Serviços prestados por terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	114.729.077	111.538.570
Por outros services	8.938.638	10.463.833
	123.667.715	122.002.403
Garantias reais		
Activos dados em garantia	16.600	-
	16.600	-
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao active	1.332.127	938.138
Juros vencidos	6.571	4.125
	1.338.698	942.263

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. RELATO POR SEGMENTO

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem apenas em Portugal também não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

30. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou de invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador no Banco Carregosa, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões.

O estudo actuarial, para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados, reportados a 31 de Dezembro de 2008, foi efectuado pela Pensõesgere – S. G. F. P., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os principais pressupostos actuariais utilizados para a avaliação efectuada foram, para os anos de 2008 e 2007, os seguintes:

	2008	2007
Esquema de benefício	Estabelecido no ACTV Bancário	Estabelecido no ACTV Bancário
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	SUISSERE	SUISSERE
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos Utilizados	100% da EVK 80	100% da EVK 80
Taxa de retorno esperada dos activos do plano	5,75%	5%
Taxa de crescimento salarial futura	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,75%	2,75%
Tarifa de cobertura Invalidez Ocupacional	Compagnie Suisse de Réassurances	Compagnie Suisse de Réassurances
Tarifa de cobertura Morte	2.234‰	2.234‰
Percentagem de casados	85,00%	85,00%
Nº de pensões pagas anualmente	14	14

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado, decompondo-se em 31 de Dezembro de 2008 da seguinte forma:

	2008	2007
Nº de participantes no activo	23	24
Nº de reformados	1	1
	2008	2007
Responsabilidades relativas a serviços passados de pessoal no activo	1.256.664	934.925
Responsabilidades relativas a ex-trabalhadores	157.381	406.022
Total das responsabilidades	1.414.045	1.340.947

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O valor do fundo de pensões no final do ano ascendia a 1.508.739 Euros.

O montante reconhecido como custo a 31 de Dezembro de 2008 decorrente do estudo actuarial elaborado pela Pensões Gere e reportado a 31/12/2008, foi de 123.803 Euros.

Custo do serviço corrente	154.860
Custo dos juros	33.378
Rendimento esperado dos activos do fundo	71.175
Custo do serviço passado - Benefícios não adquiridos	6.741

Ganhos actuariais relativas à diferença entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados:

Reconhecidas como flutuação de valores	(221.489)
--	-----------

Durante o exercício foi entregue ao fundo de pensões o montante de 73.991 Euros.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Técnico Oficial de Contas

Miguel Lourenço Maria

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha E Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Miguel Ângelo Rodrigues Pimentel

José Paulo De Oliveira Faria Duarte

Pedro José Malheiro Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira De Amorim

António José Paixão Pinto Marante

Carlos Da Costa Oliveira

Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO 2008



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 43.002.512 euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 18.449.314 euros, incluindo um resultado líquido positivo atribuível aos accionistas do Banco de 757.299 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Porto, 13 de Março de 2009

Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 31 DE DEZEMBRO 2008



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos estatutos, e no cumprimento das funções de Fiscal Único, compete-me submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, disponibilizados pelo Conselho de Administração da Sociedade.

No desempenho das minhas funções, procedi, durante o exercício, ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas necessárias nas circunstâncias, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à realização de testes por amostragem às transacções e respectivos registos.

Não tomei conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas emiti a Certificação Legal das Contas individuais com opinião sem reservas, bem como, a Certificação Legal das Contas consolidadas com opinião sem reservas que, considero partes integrantes deste relatório.

Nestes termos, sou de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório único do Conselho de Administração, preparado de acordo com o n.º 6 do artigo 508º-C do CSC, e as contas individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório do Conselho de Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 13 de Março de 2009

O FISCAL ÚNICO

Cristina Gomes
R.O.C. N.º 1088



EXTRACTO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 14 DE ABRIL DE 2009





Conforme exarado na Acta da Assembleia Geral Ordinária de Accionistas do dia 14 de Abril de 2009, foram tomadas as seguintes deliberações:

a) Foi aprovada com 97,32% de votos a favor, a seguinte proposta:

“O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2008”

b) Foi aprovada com 97,32% de votos a favor, a seguinte proposta:

“A aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão, ou seja, a não distribuição de dividendos e que ao resultado líquido do exercício, no valor de € 785.966, seja dada a seguinte aplicação: 1. Para reforço da reserva legal: €78.597; 2. Para resultados transitados: €707.369.

c) Foi aprovada por unanimidade dos votos a seguinte proposta:

“A Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade no exercício de 2008 - Louvor”.

d) Foi aprovada com 97,32% de votos a favor, a seguinte proposta:

“A eleição dos Órgãos Sociais para o Triénio 2009/2011”, a saber: Conselho de Administração: Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva, Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves, Pedro José Malheiro Duarte, José Paulo de Oliveira Faria Duarte, Paulo Armando Morais Mendes, Carlos da Costa Oliveira, Américo Ferreira de Amorim e António José Paixão Pinto Marante. Fiscal Único: Cristina Gomes. Fiscal Único Suplente: António Magalhães & Carlos Santos – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos. Mesa da Assembleia Geral: Presidente – Luís Neiva dos Santos; Secretária - Manuela Antunes.

